



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 390,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E.P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS	Ano	O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	As três séries . . . . .	Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série . . . . .	Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série . . . . .	Kz: 123 500,00	
	A 3.ª série . . . . .	Kz: 95 000,00	

## SUMÁRIO

## CONSELHO DE MINISTROS

### Conselho de Ministros

Resolução 9/06  
de 6 de Fevereiro

#### Resolução n.º 9/06:

Aprova o Plano de Ordenamento de Pescas e da Agricultura 2006/2010.

### Ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente

#### Despacho conjunto n.º 135/06:

Confisca o, prédio urbano com anexos, situado no Lobito na Província de Benguela, Rua 15 de Agosto, n.º 53, em nome de Patrício Gouveia, Limitada.

#### Despacho conjunto n.º 136/06:

Confisca o prédio urbano de rés-do-chão, situado no Bairro da Luz no Lobito, em nome de José Casimiro Cruz.

#### Despacho conjunto n.º 137/06:

Confisca o prédio situado na Rua 28 de Maio, no Lobito, em nome de Albino José Magalhães, Limitada.

#### Despacho conjunto n.º 138/06:

Confisca o prédio urbano composto de rés-do-chão e 1.º andar, situado no Bairro da Bela Vista, no Lobito, em nome Albertina Barreiros Araújo.

#### Despacho conjunto n.º 139/06:

Confisca o prédio situado em Benguela, Rua Dr. António José de Almeida, n.º 149-1.º Esquerdo, inscrito em nome de Congeladora Flor D'Ouro, Limitada.

#### Despacho conjunto n.º 140/06:

Confisca o prédio situado na Rua 28 de Maio, no Lobito, em nome de António Pereira Marques.

### Ministério das Finanças

#### Despacho n.º 141/06:

Fixa o montante da subvenção mensal vitalícia de Ludy Kissassunda, ex-Governador da Província do Zaire.

A Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos, Lei n.º 6-A/04, de 8 de Outubro, estabelece no artigo 7.º, entre outras, a obrigação do Estado de assegurar a implementação de medidas sustentáveis de preservação e gestão dos recursos pesqueiros, bem como de prevenção de perigos para a sua renovação e a obrigação de assegurar que os regimes de ordenamento de pescas e de concessão de direitos de pesca contribuam para a defesa da concorrência e a adopção de medidas para o contínuo abastecimento do mercado angolano em bens alimentares.

O cumprimento dessas obrigações legais, pressupõe a definição e compatibilização de objectivos, estratégias e metas, para um determinado período de tempo, ou seja, um plano concreto.

Tendo por base a melhor informação científica disponível, os dados e informações resultantes da monitorização e as recomendações técnico-científicas de instituições vocacionadas e uma vez observados princípios específicos como os da precaução, prevenção, gestão integrada e pesca responsável, compete ao Conselho de Ministros aprovar o plano de ordenamento de pescas e da aquicultura, nos termos dos artigos 16.º e 203.º da referida Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos e do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da Aquicultura, aprovado pelo Decreto n.º 39/05, de 6 de Junho.

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea f), do artigo 112.º, do artigo 113.º e da alínea g) do n.º 2 do artigo 114.º todos da Lei Constitucional, o Governo emite a seguinte resolução:

1.º — É aprovado o Plano de Ordenamento de Pescas e da Aquicultura 2006/2010, anexo à presente resolução e que dela faz parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões que forem suscitadas da interpretação e aplicação da presente resolução serão resolvidas em Conselho de Ministros.

3.º — A presente resolução entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 21 de Dezembro de 2005.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

### I – Introdução:

Um dos objectivos centrais do Programa do Governo é o combate à fome e o alívio da pobreza, em que para o seu alcance o sector das pescas joga um papel fundamental, através da gestão dos recursos haliêuticos de forma durável com vista a garantir o aumento do aprovisionamento alimentar em pescado e retirar o máximo de benefícios económico-sociais.

Este objectivo vai de encontro as resoluções saídas da Conferência de Joanesburgo de 2002, concernentes ao combate a fome e alívio da pobreza.

Constituem obrigações do Estado no contexto da Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos o estabelecimento de políticas de conservação e renovação sustentável dos recursos biológicos aquáticos, adopção de medidas reguladoras adequadas para o acesso ao seu uso e exploração de modo responsável e segurança das embarcações, assegurar que os planos de ordenamento estabeleçam o equilíbrio entre a procura e oferta de pescado no mercado, promovam o investimento nacional de forma crescente e o desenvolvimento tecnológico harmonioso assim como propicie uma cooperação internacional benéfica para o País.

É também papel do Estado, a promoção do desenvolvimento da aquicultura para aumento da oferta de pescado com vista a contribuir para a segurança alimentar, por um lado e ao fomento do emprego por outro lado.

A aquicultura poderá desempenhar um papel estratégico na resolução dos grandes objectivos do Governo para alívio da pobreza, a segurança alimentar, o relançamento do sector produtivo e aumento das contribuições para o tesouro nacional. Com a implementação da política e do quadro legislativo para o desenvolvimento sustentável da aquicultura poderão ser implementados projectos assegurando o uso de boas práticas e os direitos do uso da terra.

Procura mundial de peixe a preços razoáveis abre as portas à exportação de peixe e produtos piscícolas.

As características dos recursos biológicos aquáticos, no actual contexto de desenvolvimento social e económico de

Angola, aconselham à adopção de medidas, em especial de ordenamento de pescas e de protecção dos recursos, de modo a concretizar a integração da pesca nas águas marítimas e continentais."

### II – Objectivos do Plano de Ordenamento de Pescas de 2006/2010:

O Plano de Ordenamento de Pescas (POPES) é um instrumento de planificação estratégico do Governo que através do Ministério competente (Minpescas) empreenderá as acções seguintes:

- a) apresentar um conjunto de medidas estruturadas cronologicamente, de natureza legal e administrativa destinadas a estabelecer o modelo de gestão das pescas a seguir, de modo a assegurar a utilização racional, a auto renovação e sustentabilidade dos recursos biológicos aquáticos, baseando-se na informação científica disponível e noutro tipo de dados, observando-se os princípios da precaução, da prevenção, da gestão integrada, da coordenação institucional, da participação e da cooperação internacional;
- b) orientar a metodologia de exploração dos recursos biológicos aquáticos de pesca e da aquicultura para a execução de acções socio-económicas do sector, com base na informação científica disponível;
- c) promover a criação de uma base de informações resultantes da monitorização, coordenação institucional, intercâmbio técnico internacional, fiscalização das actividades piscatórias, da aquicultura e conexas e do cumprimento das medidas de gestão que figurem no plano anual do Ministério das Pescas.

Neste contexto o Plano de Ordenamento destina-se ao seguinte:

1. Determinar as principais pescarias;
2. Desenvolver os objectivos a atingir na gestão e desenvolvimento das pescarias;
3. Especificar as medidas de gestão a empreender em relação às principais pescarias;
4. Definir o modo e as formas de exploração;
5. Definir as zonas de pesca marinha e de aquicultura, bem como as medidas de protecção e restrições à actividade;
6. Definir os TAC para as principais pescarias no período de cada Plano;
7. Definir e apresentar a previsão dos limites de esforço de cada pescaria;
8. Especificar os programas de concessão de licenças de pesca;
9. Definir as medidas de referência de recuperação dos recursos e dos ecossistemas;

10. Definir as medidas de promoção e incentivo à investigação;
11. Definir as medidas de desenvolvimento e promoção da formação profissional;
12. Apresentar o cadastro da frota e sua evolução;
13. Definir as medidas a adoptar em casos de emergência;
14. Especificar as medidas de incentivo às empresas angolanas;
15. Especificar as medidas de fomento e preferência de investimentos.

Por fim o Plano de Ordenamento destaca as medidas e políticas traçadas, metas, programas e sub-programas que se harmonizam com a estratégia do sector a médio e longo prazos.

### III — Conteúdo e Enquadramento Temático:

O Plano de Ordenamento das Pescas está apresentado de maneira temática, de forma descritiva por um lado e com quadros e tabelas, explicativas dos seus componentes de forma a salvaguardar o enquadramento dos projectos e a filosofia de integração que constitui a «alma científica» deste instrumento administrativo.

Apresenta um DIAGNÓSTICO de análise do estado e do comportamento dos indicadores ambientais tais como: económicos, sociais, políticos, demográficos, culturais, legais, tecnológicos e bio-ecológicos, dando-se destaque ao DIAGNÓSTICO DO ESTADO DOS RECURSOS, como ponto de partida do exercício do ordenamento.

Seguem-se os seus OBJECTIVOS (macropolíticos e macro estratégicos), definindo os alvos que se pretende atingir, as grandes orientações que o Ministério das Pescas deve seguir como um todo para facilitar e agilizar as suas acções estratégicas e os grandes caminhos a adoptar com o propósito de actuar sobre os cenários presentes e futuros identificados com os objectivos do Governo para esse sector.

As acções indicadas, se implementadas, superam os constrangimentos existentes e traz vantagem de oportunidades na indústria de pesca e da aquicultura.

Estes objectivos estratégicos encontram enquadramento na apresentação dos objectivos específicos de gestão do desenvolvimento de cada pescaria e das zonas de pesca.

Posteriormente incluem-se as medidas e políticas para o alcance das metas a estabelecer para o horizonte do Ordenamento, seguido da apresentação de cada componente apresentado nos pontos anteriores.

### IV — Diagnóstico Estratégico para a Elaboração do Plano de Ordenamento de Pescas 2006 – 2010:

#### 4.1 - Contextualização do Macro Ambiente

A importância e as características de um diagnóstico sobre os cenários predominantes do macro ambiente sócio-económico são perceptíveis como reflexos das condições institucionais existentes no período da elaboração do Plano de Ordenamento e funciona como parâmetro retro alimentador das políticas públicas.

Esta função sugere que sejam ponderados os principais requisitos na formulação das estratégias políticas, de uma maneira estruturada e interactiva que desponte as oportunidades e os riscos ambientais para uma execução eficaz do Programa do Governo para as pescas, reguladas na Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos.

Integrando as estratégias de todas as entidades reguladoras e dos agentes económicos do sector, o Ministério das Pescas assegura a conformidade de cada actuação isolada para um equilíbrio desejado dos indicadores ambientais, económicos, sociais, políticos, demográficos, culturais, legais, tecnológicos e bio-ecológicos.

Encorajados pela expectativa de mudanças nos padrões de vida e na auto-suficiência alimentar básica para os cidadãos, não obstante a persistência de alguns factores condicionantes de génese interna e externa como as pressões sobre o nível e o custo da dívida externa, as pressões inflacionárias e a necessidade de crescer para criar um maior número possível de empregos, o Governo empenhou-se com toda a dinâmica na «construção de uma sociedade em desenvolvimento e livre, em benefício de todos os angolanos».

Com essa perspectiva, foi posta em campo uma larga «cruzada» de estudos comparados com recurso à pesquisa documental sobre as disposições consagradas nas principais convenções internacionais que regulam a matéria de pesca ao abrigo das organizações internacionais OIM e FAO que visam a modernização dos instrumentos jurídicos que regulam o uso e exploração dos recursos biológicos aquáticos, a definição dos princípios e regras para a concessão de direitos de pesca, os princípios e regras especiais de protecção dos recursos e dos ecossistemas aquáticos, e demais normas relativas às embarcações e portos de pesca, bem como as normas reguladoras da investigação científica e da monitorização e controlo das actividades de pesca e da aquicultura.

Como principal instrumento do sistema de planeamento integrado de médio prazo do Ministério das Pescas, o plano de ordenamento de pescas insere-se na programação de desenvolvimento do Governo e executa-se em períodos mais curtos através de planos de vigência anual, no caso particular das medidas de gestão, e de planos de continência destinados a solucionar necessidades organizacionais e a superar as disfunções da gestão quotidiana.

#### 4.2 – Contexto Específico

##### a) Contexto Económico

A meta de crescimento do produto nacional via aproximação progressiva da produção efectiva à capacidade de

produção, incrementada com o investimento privado e, ainda, via da racionalização dos dispêndios públicos de investimento, nos sectores de infra-estruturas económicas e sociais, permitem que a recuperação económica tenda a compatibilizar o progresso social e a expansão das oportunidades de emprego.

A instabilidade macroeconómica sentida nos anos noventa, teve efeitos negativos no desenvolvimento da indústria pesqueira, implicando:

- uma descapitalização profunda do tecido empresarial pesqueiro
- uma desqualificação da mão-de-obra e fuga de quadros

Apesar de ainda persistirem factores externos de estrangulamento ao desenvolvimento do sector, actualmente o contexto macroeconómico é diferente, a julgar pelos indicadores abaixo apresentados.

A taxa real de crescimento foi, em 2004, de 11,7% e espera-se que para 2005 seja de 15,7% e em 2006 venha a ser de 28,9 %. A taxa de inflação tem-se revelado em contínuo decréscimo.

Apesar do preço de pescado não apresentar flutuações significativas, subsiste o fraco poder de compra como factor condicionante do consumo do pescado.

A contribuição dos Sectores da Agricultura e Pescas no PIB estima-se que seja respectivamente de 15,6% e 21,1% em 2005 e em 2006.

#### **b) Contexto Ambiental e Bio-ecológico**

A consciência universal de protecção do ambiente e da essência da vida humana, a qualquer momento e com um forte impacto, os meios de comunicação multiplicam mensagens de alerta e consciencialização para a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Esta nova filosofia de actuação enquadra a actividade piscatória numa abordagem de ecossistema, devido à interacção intrínseca entre os recursos, o meio e a acção antropozóica sobre os mesmos recursos. Este discurso contemporâneo ocupa o centro das demais ciências e revela-se à alma da sobre-vivência humana.

O crescimento económico não é um fim em si mesmo, deve dar origem a uma melhoria da qualidade e do nível de vida. As políticas de desenvolvimento devem assentar num equilíbrio permanente entre os objectivos económicos, a gestão racional do ambiente e a valorização dos recursos naturais e humanos.

Assim, os estudos de impacto ambiental passam a fazer parte obrigatória dos projectos empresariais e as pescas não se dissociam desta obrigação cívica institucionalizada.

#### **c) Contexto Tecnológico**

Em sua formulação particular no domínio das Tecnologias de informação, as variáveis deste cenário são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do sector das pescas em Angola, tendo em consideração o profundo impacto transformacional a nível económico e sectorial que estas tecnologias estão a ter em conta em todo o mundo.

As estratégias neste domínio foram concentradas, e inter articuladas no âmbito da Estratégia do Governo no domínio das Tecnologias de informação 2000-2010 bem como o Plano de acção da Sociedade de Informação.

As linhas de sustentação dos objectivos do Governo neste domínio estruturam-se em 10 pilares no âmbito do plano de acção da Sociedade de Informação, destacando-se dois pilares fundamentais para o sector das pescas, nomeadamente:

#### **1 — Governação Orientada para o Desenvolvimento**

que assenta em cinco acções fundamentais no sector das Pescas:

- melhoria da prestação dos serviços aos cidadãos e as empresas;
- melhoria da participação democrática;
- melhoria da gestão da eficiência;
- melhoria da competência e da qualidade de trabalhos dos funcionários;
- definição de uma arquitectura tecnológica robusta e integrada;

#### **2 — Dinamizar uma Economia Competitiva**

Que pressupõe que as TIC possam desempenhar um papel de modernização da economia angolana com particular destaque para o sector das Pescas, apoiando na endogeneização deste sector, na sua competitividade e modernização sendo necessário o seu apetrechamento tecnológico, bem como o desenvolvimento de novas competências tecnológicas neste sector.

#### **d) Contexto Político e Legal**

O conjunto de instrumentos jurídicos aprovados pelo Governo conformam um ambiente legal propício ao investimento privado no sector das pescas e reforça o papel regulador e orientador do Ministério das Pescas no espectro económico, nomeadamente:

- a Lei sobre as Águas Interiores, Mar Territorial, Zona Contígua e Zona Económica Exclusiva;
- a Lei sobre o Investimento Privado e o Quadro de Incentivos ao Investimento
- a Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos e seus Regulamentos

Este quadro procura retratar com a mais elevada fidelidade o cenário sócio-político sobre o qual são estabelecidas as premissas do plano de ordenamento de pescas para o quinquénio 2006 – 2010 e que inclui os projectos e as medidas administrativas que induzam ao uso e exploração dos recursos biológicos aquáticos de maneira sustentável.

#### 4.3- Diagnóstico Comparativo do Estado dos Recursos por Pescaria Actualmente em Exploração

O conhecimento sobre a disponibilidade e abundância dos recursos, o esforço de pesca exercido sobre estes e a

variabilidade dos factores ambientais, constituem as premissas básicas para uma gestão sustentável desses recursos e orientação da actividade piscatória. As tradicionais pescarias exploradas em Angola, apresentaram ao longo dos tempos flutuações causadas por factores de vária ordem, tendo algumas delas apresentado em dado momento níveis de abundância extremamente baixos exigindo a tomada de medidas conducentes à recuperação do potencial bio-reprodutivo dos recursos.

Anualmente o valor do TAC pode ser revisto, com base nos resultados da avaliação dos recursos pesqueiros, permitindo-se assim, o ajustamento dos níveis projectados dos stocks em causa, constantes do quadro n.º 6.

O diagnóstico comparativo do estado dos recursos por pescaria em exploração em Angola de 2003 a 2005 é apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1

#### Diagnóstico comparativo do estado dos recursos por pescaria actualmente em exploração

Espécies/grupo de espécies	2003	2004	2005
<b>Camarões de profundidade</b> Camarão <i>(Parapeneus longirostris)</i> Alistado <i>(Aristeus varidens)</i>	<p>O esforço de pesca é excessivo. Para o camarão mortalidade por pesca é 300% o valor F01 enquanto que no alistado se situa à volta de 233%. Recomenda-se a redução do esforço de pesca de 1/3 do nível de pesca actual. Deve ser estabelecida a malhagem mínima de 50-mm para todas as embarcações de arrastos de crustáceos e zonas de protecção de juvenis (dentro das 12 milhas náuticas) e o período de repouso biológico nos meses de Fevereiro e Março, para todas as embarcações camareiras.</p> <p>TAC recomendado:            Gamba 1200            Alistado 500  <b>Total ..... 1700</b></p>	<p>Para as duas espécies registou-se um aumento dos CPUSs e visivelmente uma baixa das capturas que reflecte apenas a diminuição do esforço de pesca. Recomenda-se reduzir o esforço de pesca para um máximo de 35 embarcações: Manter o período de veda de Fevereiro e Março. Recomendou-se a malhagem mínima 60-mm para todas as embarcações de arrasto de crustáceos.</p> <p>TAC recomendado:            Gamba 1200            Alistado 500  <b>Total..... 1700</b></p>	<p>A mesma situação de 2004. Foi recomendado manter as medidas de gestão. E o licenciamento de um máximo de 25 embarcações.</p>
<b>Caranguejo de profundidade</b> <i>(Chaceon maritae)</i>	<p>Em estado de sobrepesca, recomenda-se não aumentar o número de licenças de pesca e se possível reduzir o número de embarcações dirigidas a esta pescaria. Manter a restrição à área de pesca em profundidade inferior a 500m para evitar capturas importantes de fêmeas assim como juvenis que se situam entre os 300 e os 500m de profundidade. Manter a veda estabelecida nos meses de Fevereiro e Março.</p> <p>TAC recomendado: 1200 tons.</p>	<p>Situação análoga a descrita para o ano anterior. Manter a restrição à área de pesca em profundidade inferior a 500m para evitar capturas importantes de fêmeas assim como juvenis que se situam entre os 300 e os 500m de profundidade. Manter a veda estabelecida nos meses de Fevereiro e Março.</p> <p>TAC recomendado: 1200 tons.</p>	<p>A mesma situação de 2004. Foi recomendado manter as medidas de gestão.</p>



Espécies/grupo de espécies	2003	2004	2005																																																		
<b>Dimersais</b>	<p>O nível de biomassa continua a diminuir. O nível de pesca actual é superior aos níveis de pesca alvo.</p> <p>TAC recomendado (TAC) em toneladas</p> <table><tr><td>Cachucho corvina e garoupa</td><td>10 400</td></tr><tr><td>Roncadores</td><td>2000</td></tr><tr><td>Pescada de Angola</td><td>1200</td></tr><tr><td>Pescada do Cabo</td><td>3000</td></tr><tr><td>Diversos</td><td>25 000</td></tr><tr><td>Tubarões excepto cação</td><td>8000</td></tr><tr><td>Marionga</td><td>8000</td></tr><tr><td><b>Total .....</b></td><td><b>57 600</b></td></tr></table>	Cachucho corvina e garoupa	10 400	Roncadores	2000	Pescada de Angola	1200	Pescada do Cabo	3000	Diversos	25 000	Tubarões excepto cação	8000	Marionga	8000	<b>Total .....</b>	<b>57 600</b>	<p>Apesar do ligeiro aumento nas capturas registadas em 2002 a biomassa continua a diminuir. Como o nível de pesca actual é superior aos níveis de pesca alvo, recomenda-se uma redução da frota em pelo menos 25%.</p> <p>TAC recomendado (TAC)</p> <table><tr><td>Esparídeos</td><td>7400</td></tr><tr><td>Corvina e garoupa</td><td>3000</td></tr><tr><td>Roncadores</td><td>2000</td></tr><tr><td>Pescadas</td><td>4200</td></tr><tr><td>Tubarões excepto cação</td><td>6000</td></tr><tr><td>Marionga</td><td>8000</td></tr><tr><td>Diversos</td><td>25 000</td></tr><tr><td><b>Total .....</b></td><td><b>55 600</b></td></tr></table>	Esparídeos	7400	Corvina e garoupa	3000	Roncadores	2000	Pescadas	4200	Tubarões excepto cação	6000	Marionga	8000	Diversos	25 000	<b>Total .....</b>	<b>55 600</b>	<p>Foi recomendado manter as medidas de gestão de 2004.</p> <p>TAC recomendado (TAC)</p> <table><tr><td>Esparídeos</td><td>7400</td></tr><tr><td>Corvinas</td><td>2400</td></tr><tr><td>Garoupas</td><td>600</td></tr><tr><td>Roncadores</td><td>2000</td></tr><tr><td>Pescadas</td><td>4200</td></tr><tr><td>Tubarões excepto cação</td><td>6000</td></tr><tr><td>Marionga</td><td>8000</td></tr><tr><td>Diversos</td><td>25 000</td></tr><tr><td><b>Total .....</b></td><td><b>55 600</b></td></tr></table>	Esparídeos	7400	Corvinas	2400	Garoupas	600	Roncadores	2000	Pescadas	4200	Tubarões excepto cação	6000	Marionga	8000	Diversos	25 000	<b>Total .....</b>	<b>55 600</b>
Cachucho corvina e garoupa	10 400																																																				
Roncadores	2000																																																				
Pescada de Angola	1200																																																				
Pescada do Cabo	3000																																																				
Diversos	25 000																																																				
Tubarões excepto cação	8000																																																				
Marionga	8000																																																				
<b>Total .....</b>	<b>57 600</b>																																																				
Esparídeos	7400																																																				
Corvina e garoupa	3000																																																				
Roncadores	2000																																																				
Pescadas	4200																																																				
Tubarões excepto cação	6000																																																				
Marionga	8000																																																				
Diversos	25 000																																																				
<b>Total .....</b>	<b>55 600</b>																																																				
Esparídeos	7400																																																				
Corvinas	2400																																																				
Garoupas	600																																																				
Roncadores	2000																																																				
Pescadas	4200																																																				
Tubarões excepto cação	6000																																																				
Marionga	8000																																																				
Diversos	25 000																																																				
<b>Total .....</b>	<b>55 600</b>																																																				
<b>Sardinellas</b>	<p>O pontencial da palheta parece estar sub-explorado. Maiores capturas podem ser feitas se não se registar alterações ambientais. A lombuda parece estar em sobrepesca de crescimento.</p> <p>TAC recomendado é de 120 000 tons, sendo 100 000 tons para palhetas e 20 000 tons para lombuda.</p>	<p>Os níveis de biomassa estimada são estáveis e devido à migração vertical da espécie para profundidades acima do transducer estas estimações de biomassa são subestimadas TAC recomendado é de 120 000 tons, considerando que a lombuda está numa fase de recuperação recomenda-se dividir o TAC total em dois segmentos 100 000 tons para palheta e 20 000 tons para lombuda.</p>	<p>Os níveis de biomassa continuam estáveis, registando-se um ligeiro aumento na biomassa da lombuda. Este aumento foi provocado pelo afloramento costeiro com temperaturas baixas registadas de Angola. TAC recomendado é de 120 000 tons, considerando que a lombuda está numa fase de recuperação recomenda-se dividir o TAC total em dois segmentos 100 000 tons para palheta e 20 000 tons para lombuda.</p>																																																		
<b>Carapaus</b>	<p>A abundância de peixes de tamanho superior a 22cm de interesse comercial para consumo em Angola é extremamente reduzida. O manancial está gravemente ameaçado, havendo um risco real de falha na reprodução por falta de adultos. Recomendou-se a redução do esforço para esta pescaria, estabelecendo um período de veda para os arrastões pelágicos nos meses de Janeiro a Março.</p> <p>TAC recomendado: 40 000 tons.</p>	<p>Este recurso continua em estado de sobre-pesca de crescimento e a população continua a ser dominada por juvenis com menos de 20cm. Estas classes juvenis têm um potencial de crescimento muito elevado e têm que ser protegidos de modo a garantir o crescimento até a idade adulta recomendou-se a redução do esforço para esta pescaria, estabelecendo um período de veda para os arrastões pelágicos de um ano. Estabelecer área de veda para os arrastões demersais dos 13ºs aos 17ºs TAC recomendado: 40 000tons.</p>	<p>O recurso do carapau em Angola continua em fase de sobreexploração biomassa reduzida. Um aumento do esforço na pescaria nesta fase poderá levar a um grave declínio do manancial, uma vez que o aumento da biomassa poderá estar relacionado com os factores ambientais. Recomendou-se manter as medidas de gestão de 2004. O TAC recomendado: 40 000 tons.</p>																																																		
<b>Sardinha da África do Sul</b>	<p>Estimativa de biomassa = 0 (recomenda-se não atribuição de licenças).</p>	<p>Estimativa de biomassa = 0 (recomenda-se não atribuição de licenças).</p>	<p>No último cruzeiro a bordo N/I “Dr Fridjof Nansen” foi estimada uma biomassa à volta das 250 mil toneladas, na área da Baía dos Tigres. Recomenda-se que o nível de esforço permitido para esta pescaria não seja superior a 6 barcos e que a pesca só seja permitida durante a estação fria.</p> <p>TAC recomendado 40 000tons.</p>																																																		

#### **4.4 — Diagnóstico para o desenvolvimento da Aquicultura em Angola por Províncias**

##### **4.4.1- Maricultura.**

##### **a) Província de Luanda.**

##### **Conclusões da Província de Luanda:**

1. Foram observadas a Enseada Caíolo, a Foz do Rio Bengo, a Praia do Santiago, a Praia do Buraco e a Laguna do Buraco (Mangais).

2. Foram seleccionadas a Enseada do Caíolo e a Praia do Santiago por apresentarem condições para a implementação de projectos de maricultura e outras espécies de crustáceos a curto prazo.

3. Dever-se-á dar continuidade aos estudos de investigação da qualidade da água, e ambiental e dos parâmetros biológicos das espécies a cultivar. Dever-se-á realizar a monitorização da periodicidade e amplitude das marés destas áreas.

4. As áreas da Foz do rio Bengo, Praia do Buraco e Laguna do Buraco (Mangais), foram rejeitadas por apresentarem indícios de poluição causada por resíduos domésticos, como resultado da actividade piscatória e doméstica, além de não possuir água permanente para actividade de maricultura.

##### **b) Província do Bengo.**

##### **Conclusões da Província do Bengo:**

1. Das estações observadas foi seleccionada a Baía do Suto. A Enseada do São Brás foi seleccionada para implementação de projectos de maricultura, pela sua configuração topografia e configuração por observação no mapa. Necessita de medições dos parâmetros físicos – químicos da água .

2. Deve-se dar continuidade aos estudos de investigação sobre o controlo da qualidade da água e dos parâmetros ambientais.

3. Dever-se-á realizar a monitorização da periodicidade e amplitude das marés destas áreas, bem como calcular velocidade e direcção dos ventos.

4. A área da Barra do Dande e da Enseada do Sangano, foram rejeitadas por apresentarem elevados indícios de poluição causado por resíduos domésticos, como resultado

da actividade piscatória e doméstica e por estar exposta à fortes ventos.

##### **c) Província do Cuanza-Sul.**

##### **Conclusões da Província de Cuanza-Sul:**

1. Foi seleccionada a Enseada do Quicombo por apresentar condições favoráveis para a implementação de projectos de maricultura.

2. Deve-se dar continuação aos estudos de investigação dos parâmetros ambientais da água.

3. Dever-se-á realizar a monitorização da periodicidade e amplitude das marés e da topografia do fundo destas águas.

4. A área da Ponta do Morro e da Baía do Chicololo, foram retiradas por apresentar indícios de poluição por resíduos domésticos e por influentes das empresas de pesca, localização de tubos flutuantes de abastecimento de combustível de armazém de estocagem da SONANGOL e por estar exposta a ventos fortes.

##### **d) Província de Benguela.**

##### **Conclusões da Província de Benguela:**

1. Foram seleccionadas as áreas da Baía Farta, Baía da Caotinha, Baía dos Elefantes pela sua configuração topográfica, protegidas à fortes ventos, por não apresentarem indícios de poluição e água canalizada e luz eléctrica.

2. Deve-se dar continuidade aos estudos de investigação sobre o controlo da qualidade da água, dos parâmetros ambientais e biológicos.

3. Deve-se realizar a monitorização da periodicidade e amplitude das marés e da topografia do fundo destas áreas.

4. As áreas do Egito Praia, Lagoa da Canata, Lagoa do Luhongo, Praia da Catumbela, Praia do Stº António, Praia do Limagem, Praia da Lua e Enseada do Cuío, foram rejeitadas para a actividade da maricultura a curto prazo por apresentarem indícios de poluição por resíduos domésticos e indústria petrolífera assim como por estarem expostas à fortes ventos.

##### **e) Conclusões Preliminares da Maricultura:**

1. Todas as províncias visitadas apresentam condições para implementação de projectos de maricultura.

2. Há necessidade de projecção de uma base de larvicultura de espécies marinhas e de um centro de formação para apoio à projectos de maricultura.

3. Nos locais visitados muitas áreas foram rejeitadas apresentarem indícios de poluição causada por resíduos domésticos, petrolíferos e por não possuírem água permanente para a actividade de maricultura.

4. Há necessidades de continuar os estudos de investigação sobre o controlo da qualidade da água e dos parâmetros ambientais e biológicos, monitorização da periodicidade e amplitude das marés das diferentes áreas bem como calcular a velocidade da direcção e dos ventos.

5. Há a necessidade de se visitar as Províncias de Cabinda, Zaire e Namibe por não terem sido visitadas para a avaliação de potencialidades para o desenvolvimento da maricultura.

#### **4.4.2 — Piscicultura.**

##### **a) Província de Luanda.**

###### **Município de Viana.**

###### **Comuna de Calumbo.**

Lagoa do Cambi

###### **Conclusões e recomendações:**

Necessidade de caracterização da lagoa (profundidade e extensão)  
necessidade de identificação das espécies  
necessidade de estudo da qualidade de água

###### **Lagoa Cauigia.**

A lagoa seca no período do cacimbo.  
necessidade de manutenção do canal para facilitar a entrada de água na lagoa, de forma a manter o nível de água durante o ano.

###### **Município de Cacuaco.**

Foz do rio Bengo

###### **Conclusões e recomendações:**

A profundidade dos efluentes do rio perto da foz é propícia para o cultivo de peixe em jaulas.  
apresenta condições para construir um reservatório para manutenção e comercialização do pescado.  
a água para abastecer a futura infra-estrutura do reservatório, será proveniente do rio e deve passar por um processo de filtragem através de filtros de areia.

###### **Lagoa Kilunda.**

###### **Conclusões e recomendações:**

As águas apresentam altas concentrações de nutrientes.  
recomenda-se o uso do sistema de jaulas.  
necessidade de monitorização da qualidade da água e da direcção e velocidade do vento  
albufeira da Kiminha

###### **Conclusões e recomendações:**

É o melhor local já visitado com condições óptimas para piscicultura de produção intensiva.  
grandes profundidades, apropriadas para cultivo de peixe em jaulas  
local sem indícios de poluição

###### **Foz do Rio Cuanza**

###### **Conclusões e recomendações:**

Oferece poucas condições para a implementação de projectos de piscicultura com tecnologias mais simples.

##### **b) Província do Bengo .**

###### **Município de Caxito .**

Lagoa Cabungo

###### **Conclusões e recomendações:**

Embora tenha-se reiniciado o trabalho de recuperação é necessário fazer limpeza e manutenção do canal.  
necessidade de análise da qualidade da água, oxigénio, temperatura etc., e identificação das espécies.

###### **Lagoa Ibendua.**

###### **Conclusões e recomendações:**

Necessidade de recuperação do canal, para que na época seca continue a entrada de água na lagoa.  
necessidade de monitorização permanente da qualidade da água e identificação das espécies.

###### **Lagoa Úlua.**

###### **Conclusões e recomendações:**

Necessidade de obter dados precisos sobre a profundidade da lagoa durante as épocas de chuva e seca, assim como dados para a caracterização da lagoa.



**Barragem das Mabubas.**

A albufeira da barragem das Mabubas apresenta condições óptimas para o cultivo de peixe em gaiolas, com boa qualidade de água e profundidade adequada.

**Localidade de Sassa.**

Local ideal para instalar gaiolas, tendo em conta que aí terminam as quedas da Barragem das Mabubas.

**Conclusões Preliminares da Província do Bengo:**

1. A Direcção do Município controla 45 lagoas e 701 pescadores distribuídos nos rios Bengo e Dande.

2. A actividade piscatória é bastante intensa.

3. Não existem evidências de actividades de aquacultura na província.

4. As espécies identificadas são provenientes do rio Dande, além do cacusso e bagre destaca-se o lagostim.

5. Como medida preventiva é de importância efectuar a monitorização da qualidade da água nas lagoas visitadas a fim de controlar as oscilações dos diferentes parâmetros durante todo o ano. Por outro lado deve-se realizar amostragem de peixes para identificar as espécies existentes nas lagoas.

6. O cultivo de espécies em gaiolas é rentável e utilizado com grande êxito em muitos países.

**c) Província do Uíge.****Município do Negage.****Represa do Dala.****Conclusões e recomendações:**

A represa apresenta condições ideais para o uso de gaiolas.

Realização de trabalhos de aterro e reparação das comportas para elevar o nível da água.

Monitorização da qualidade da água

**Represa Antunes.****Conclusões e recomendações:**

Local para implementação de cultivo de peixes em gaiolas.

A piscicultura em gaiolas integrada com a criação de aves (gansos de preferência)

Retirar pedaços de troncos de árvores e outros resíduos que existem na lagoa

Repovoamento da represa no caso de não se conseguir esvaziá-la para efeitos de inventariação

A edificação de mais um tanque com a respectiva barragem

**Represa Sacapeto II.****Conclusões e recomendações:**

Ao proprietário, para efectuar limpeza no interior e à volta da represa.

Aproveitamento da área disponível para a construção de mais um tanque possibilitando deste modo a passagem de água da represa para efeitos de inventário e voltar a encher.

**Represa do Camuango.****Conclusões e recomendações:**

Fazer a drenagem total de água, inventariar as espécies, voltar a encher e fazer o cultivo com espécies de maior produtividade.

Construir tanques piscícolas a volta da represa.

**Tanques piscícolas da fazenda Encafé «ICA»****Conclusões e recomendações:**

Exclui-se a possibilidade de recuperação devido à poluição da própria água e também dos possíveis conflitos com a população.

**Represa Porcelana.****Conclusões e recomendações:**

Por não oferecer condições favoráveis de momento, pensa-se implementar o projecto de piscicultura a longo prazo.

Recomenda-se a melhoria da via de acesso.

### **Conclusões Preliminares da Província do Uíge:**

1. Os tanques piscícolas que anteriormente foram usados para experiências de cultivo já não servem para piscicultura por estarem rodeados de populações e de todos os esgotos irem dar às lagoas o que implica a sua alta contaminação e poluição, tanto mais que os peixes têm que vir a superfície para respirarem.

2. Recomenda-se que seja eleito o Município do Negage como ponto de partida da actividade de piscicultura por oferecer maior segurança para o sistema de cultivo que se pretende aplicar (jaulas) para além das boas condições que as próprias represas oferecem.

3. Uma maior sensibilização da importância do desenvolvimento da piscicultura e da pesca continental deve ser feita com realce às estruturas do Governo e às populações da província para poderem prestar um maior engajamento e apoio aos projectos em causa.

#### **d) Província de Malanje.**

##### **Município de Kalandula.**

##### **Cascatas de Kalandula.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Zona óptima para implementação de projectos de piscicultura.

Abertura de mais um canal para abastecimento dos tanques.

Construção de tanques de terra batida não somente para alevinagem e engorda mas também para selecção de reprodutores.

Aproveitamento da zona não só para fins comerciais como também para fins turísticos.

##### **Rio Lucala.**

Não é adequado para o projecto de piscicultura que se pretende implementar nesta primeira fase.

O Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA) deve aproveitar a área para implementação de projectos da pesca artesanal, organizando as comunidades em associações e apoiá-los com material de pesca.

Beneficiação e posterior repovoamento para garantir a sustentabilidade da pesca continental.

#### **Município de Cacuso.**

##### **Barragem Hidroeléctrica de Capanda.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Projecto em curso.

Após o término dos trabalhos poderá ser utilizado o sistema de cultivo em gaiolas.

Será aproveitada a abertura do canal que servirá para irrigação (neste momento só existem comportas) para fazer uma ramificação para o abastecimento dos tanques a serem construídos futuramente.

Nestes tanques serão seleccionados os reprodutores para fornecer às demais províncias

##### **Barragem do Cacuso do Meio e Barragem do Mucuxi.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Requerem grandes tecnologias e obras de engenharia para sua recuperação.

Avaliação da quantidade de água na época chuvosa.

Qualquer actividade piscícola será a longo prazo.

Análises da qualidade de água, oxigénio e temperatura

#### **Município de Malanje**

##### **Represa da estação experimental agrícola do PRO-DECA.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Local ideal para construção de tanques para reprodutores.

Drenagem total da água, inventariação e avaliação da quantidade e qualidade de espécies nela existentes.

Construção de mais 3 represas consecutivas separadas por diques.

O INIP deverá complementar o estudo com as análises da condutividade, oxigénio e temperatura da água de acordo com as fichas da piscicultura

##### **Tanques piscícolas do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF)**

#### **Conclusões e recomendações:**

Ampliação e limpeza dos tanques existentes.

Construção de tanques de maior dimensão só para engorda dos peixes.

O abastecimento de alevins será a partir da estação experimental agrícola do PRODECA.

### **Represa Gaiato I**

#### **Conclusões e recomendações:**

Necessidade de elevação do dique para aumentar o nível da água da represa.

Extensão com mais um tanque, com elevação de um dique apropriado.

Esvaziamento para inventariação ou senão fazer-se repovoamento.

Análises da qualidade da água, oxigénio e temperatura.

### **Represa Gaiato II.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Disponibilidade de área para construção de represas de tamanho igual ou maior, separadas por diques.

Esvaziamento e inventariação das espécies.

Análises de temperatura, medições da profundidade e superfície do tanque.

Construção de um tanque para reprodutores.

### **Barragem de Malanje.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Recomenda-se que apenas sejam feitos trabalhos de beneficiação da população com repovoamentos consecutivos.

Limpeza da barragem e seu aproveitamento para fins turísticos.

### **Comuna do Lombe.**

### **Barragem do Cambombo e Barragem do Kinglês.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Barragens com deficiência de água, pelo que não será possível a implementação de projectos de piscicultura nestas áreas numa primeira fase.

Avaliação do local para ver o nível de água na época chuvosa.

Necessidade de uma limpeza e posteriores repovoamentos para beneficiação da população local.

Análises da qualidade de água e outros parâmetros.

### **Conclusões Preliminares da Província de Malanje**

1. As potencialidades hídricas da província permitem a produção massiva de pescado.

2. A maior parte dos locais escolhidos para o projecto já existe actividade agrícola capaz de suportar a actividade de piscicultura. Prevê-se a construção do centro de larvicultura e selecção de reprodutores na província

3. Devido à sua localização geográfica Malanje poderá ser o Centro de Selecção de Reprodutores nomeadamente nas áreas de Kalandula e Capanda. A partir deste local far-se-á distribuição a outras províncias (Uíge, Lunda-Norte e Lunda-Sul). A altitude a nível do mar é de 1200 metros e com uma temperatura temperada e recursos hídricos potenciais para o incremento da piscicultura artificial intensiva.

### **e) Província da Lunda-Norte.**

#### **Município do Lucapa.**

#### **Represa de Mussangueji.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Piscicultura com a drenagem total da água da represa, fazer a inventariação para avaliar a quantidade e tipo de espécies que a represa tem e prever o que poderá mais suportar.

Piscicultura natural com o aumento do aterro do dique para aumentar a profundidade da represa e fazer repovoamentos contínuos e engorda das espécies com ração.

Em ambos os casos a represa oferece condições óptimas para fins comerciais e turísticos.

#### **Município de Chitato.**

#### **Tanques piscícolas do Rio Dundo.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Os tanques embora reünam condições para a piscicultura apresentam limitação de área o que dificulta o alargamento do espaço útil.

Recomenda-se ao proprietário o aproveitamento total da área disponível e o fornecimento de alimento adequado.

### **Tanques piscícolas adjacentes à Unidade de Multiplicação de Sementes.**

#### **Considerações gerais:**

Boa localização e próximo da cidade com uma boa via de acesso, disponibilidade de área para uma produção intensiva, excelente fonte de alimentação de água por gravidade, disponibilidade de água para o desenvolvimento da actividade a grande escala, espaço suficiente para edificação de estruturas de apoio para manuseamento e processamento da produção. Fonte de energia eléctrica disponível e existência de actividade agrícola capaz de suportar o desenvolvimento da piscicultura.

#### **Conclusões e recomendações:**

O local reúne excelentes condições e foi seleccionado para a implementação imediata do projecto de produção piscícola.

Aproveitamento de toda a área disponível com a introdução de mais tanques de maior dimensão para reprodutores.

Edificação de infra-estruturas para preparação de ração, manuseamento e processamento do pescado.

### **Tanques piscícolas do Rio Camaquenzo:**

#### **Conclusões e recomendações:**

Necessita de uma reestruturação completa dos tanques e do canal de abastecimento.

Cobrir todos os tanques e construir novos, fundindo dois a dois se possível.

Colocar um tubo de polietileno no canal de abastecimento de água.

Fazer cultivo com ensaios sucessivos de várias espécies.

### **Represa de Catchipinje.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Recomendamos a reparação do dique e da comporta.

### **Município de Cambulo (Nzaji)**

Rio Luembe e lagoas adjacentes Catafla e Camizazami:

#### **Conclusões e recomendações:**

1. Considerando às excelentes condições, as lagoas do rio Luembe estão seleccionadas para a fixação de um grande número de gaiolas para uma produção massiva de peixe e selecção de reprodutores.

2. Devido à existência de vários riachos e grandes extensões de terreno, recomenda-se a construção futura de tanques experimentais de terra batida para formação do pessoal em piscicultura.

### **Conclusões Preliminares da Província da Luanda-Norte**

1. Os tanques adjacentes a Estação Experimental de Multiplicação de Sementes será onde arrancará o projecto de piscicultura nesta província com aproveitamento da área disponível de cerca de 10 ha.

2. Ainda nesta província e para este projecto poderão ser colocadas gaiolas nas sucessivas lagoas do Nzaji.

### **f) Província da Lunda-Sul.**

#### **Município do Muconda.**

#### **Rio Luembe.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Este foi o local escolhido como sítio experimental para a implementação do projecto de piscicultura na província desde que a ponte de betão seja reposta.

Desviar o rio acima para fazer um reservatório de água com canais.

Construção de uma barragem com comportas.

Construção de tanques para peixes pequenos de um lado e do outro para adultos.

Fazer o trabalho de escavações ao mesmo tempo que se reconstrói a ponte.

Fazer os registos de temperatura e condutividade de água.

#### **Rio Luachi.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Reúne condições para a piscicultura, mas só será aproveitado na fase seguinte, isto é a longo prazo.

Expandir a actividade de piscicultura depois do sucesso do projecto no rio Luembe, com repovoamentos contínuos dos rios que circundam a província para o desenvolvimento da pesca continental.

O IPA deverá organizar os pescadores para posterior apoio com insumos para a pesca continental.

**Lagoa Chamalemba.****Conclusões e recomendações:**

No futuro, depois do trabalho no rio Luembe, poder-se-á fazer repovoamentos consecutivos na lagoa para beneficiação da população.

O INIP deverá fazer as análises laboratoriais necessárias para prever os repovoamentos a realizar.

**Rio Chiumbue.****Conclusões e recomendações:**

Profundidade não suficiente para a implementação de gaiolas.

Necessidades de trabalhos profundos de obras de engenharia para o desenvolvimento de piscicultura e por isso deverá ser objecto nesta fase de repovoamentos sucessivos para o desenvolvimento da pesca continental e turismo.

Área de futuro para extensão do projecto de piscicultura.

**Município de Saurimo.****Represa do Luari.****Conclusões e recomendações:**

A drenagem total da água da lagoa.

Fazer inventariação da quantidade e qualidade das espécies.

Retirar os adultos e deixar os juvenis.

Voltar a encher de preferência próximo da época chuvosa para que tal enchimento seja facilitado devido ao pequeno curso de água que neste momento apresenta.

**Tanques piscícolas do Muangueji.****Conclusões e recomendações:**

Possibilidade de poluição com os dejectos da cidade.

Água insuficiente para uma piscicultura de grande dimensão.

Ideal para um trabalho de iniciativa privada.

**Represa Tchitende cha Zango****Conclusões e recomendações:**

Pela densidade do tanque a quantidade de pescado que se irá produzir por ano se for acrescentada ração, será suficiente para abastecer o restaurante do local.

**Rio Chicapa.****Conclusões e recomendações:**

Ideal para o desenvolvimento da pesca continental com repovoamentos consecutivos.

Que seja aproveitado pelo Governo Provincial para um projecto hidroeléctrico.

**Conclusões Preliminares da Província da Lunda-Sul**

1. A província é circundada por rios de grande caudal o que torna propício o desenvolvimento da pesca continental.

2. Para uma piscicultura de produção intensiva requererá trabalhos prévios de obras de engenharia para desvios dos cursos dos rios, edificação de todas as pontes, edificação de pequenas barragens, etc.

3. A província apresenta poucas oportunidades para o arranque do projecto de piscicultura nesta primeira fase.

**g) Província do Moxico.****Município do Luena.****Tanques piscícolas de Sacassanje.****Conclusões e recomendações:**

Este local, devido à sua localização, disponibilidade de água e área é um dos melhores encontrados e foi seleccionado para a implementação imediata do projecto.

Limpeza, manutenção dos tanques e aumento da profundidade até 1,5 m.

Corte das árvores que circundam os tanques e colocação de barreiras de terra.

Reparação das comportas estragadas.

Construção de um grande reservatório de água na margem direita, lado esquerdo do rio para quem vai a aldeia de Sacassanje.

Aumentar o número de tanques no lado onde existem os demais (8) para reprodutores.

Construção de tanques de grandes dimensões no lado direito na área disponível de cerca de 350 para peixe adulto.

O IPA deverá a breve trecho complementar este diagnóstico com as análises da qualidade de água, oxigénio, temperatura e condutividade de água.

**Tanques piscícolas do ex-colonato do Luxia.****Conclusões e recomendações:**

Requer grandes tecnologias e obras de engenharia, por isso grande investimento para a sua recuperação. Numa primeira fase não deverão ser aproveitados para o projecto.



**Município de Lumeje-Cameia.**

Rio Lumeje.

Ponte sobre o rio totalmente destruída, corrente de água bastante forte.

Lago Calundo.

**Conclusões e recomendações:**

O lago não oferece condições para o cultivo de peixes em gaiolas devido à pouca profundidade mas é excelente para a pesca continental devido ao seu tamanho e à grande variedade de recursos que nele habitam.

Repovoamento constantes do lago por parte do Instituto de Investigação Marinha.

Organizar associações de pescadores e distribuir material de pesca para benefício da população por parte do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA).

Providenciar mais barcos motorizados e redes para uma pesca mais segura.

Encontrar formas de exercer através de autorizações a agentes ou individuais para a captura dos jacarés de modo a estabelecer o equilíbrio entre estes e outros organismos (peixes) ali existentes.

Fazer a batimetria e calcular a superfície da lagoa bem como o controlo da qualidade da água.

**Conclusões Preliminares da Província do Moxico**

1. Os locais com grandes potencialidades hídricas da Província situam-se em áreas muito distanciadas mais de 100 km, com vias de acesso difíceis tornando o trajecto de carro bastante moroso e oneroso.

2. O Sacassanje foi escolhido como a grande área para o desenvolvimento do Projecto de Piscicultura. Apenas com uma máquina buldozer e uma escavadora poderá dar início aos trabalhos para a edificação dos tanques suplementares.

3. Numa primeira fase pensa-se recuperar uma extensão de cerca de 200ha com a possibilidade de estender para 350 ha para engorda e selecção de reprodutores.

4. A partir deste local poderá fazer-se os repovoamentos necessários às demais massas de água existentes na província para o desenvolvimento da pesca continental.

**h) Província da Huíla.****Rio Colui.****Conclusões e recomendações:**

Recomenda-se piscicultura em gaiolas.

Recolha de dados sobre a profundidade da represa durante as épocas de chuva e seca.

**Município da Jamba-Mineira.****Lagoa Cuanza – B.****Conclusões e recomendações:**

Recomenda-se piscicultura em gaiolas.

Recolha de dados sobre a profundidade da represa durante as épocas de chuva e seca.

**Barragem do Cuanza – A.****Conclusões e recomendações:**

Recomenda-se a piscicultura em gaiolas.

**Município de Cuvango.****Canal da Barragem Hidroeléctrica de Cuvango****Conclusões e recomendações:**

Água rica em nutrientes.

Pelas condições que apresenta o canal, poderia ser aproveitado para piscicultura, fazendo divisões no mesmo com um sistema de abastecimento em paralelo.

Existe pouco acesso da população, não se observando vestígios de contaminação.

**Município da Matala.**

Barragem e Albufeira da Matala (canal de conduta da água).

**Conclusões e recomendações:**

Recomendamos utilizar o método de intercalar ou fazer barreiras no canal para actividades de piscicultura.

A Albufeira da Matala pode ser aproveitada para a piscicultura intensiva e extensiva de várias espécies.

**Município do Quipungo.**

Represa de Quipungo (Calonga)

**Comuna Chikungo.**

Lagoa de Chikungo

**Conclusões e recomendações:**

É o primeiro local visitado que apresenta melhor qualidade da água, rica em nutrientes podendo introduzir peixes sem necessidade de alimentação suplementar.

Local apropriado para o cultivo de peixe em gaiolas.

Há necessidade de fazer-se estudos das espécies existentes na lagoa.

### **Conclusões Preliminares da Província da Huíla.**

Os locais visitados são favoráveis para as actividades de aquacultura com grandes potencialidades hídricas.

Existência de infra-estruturas para piscicultura e instalações para o IIM no município da Jamba.

A presença de água nas barragens e represas existentes poderia ser aproveitada para cultivo intensivo e extensivo de peixe.

Existem outras localidades de importância para a aquicultura não visitadas.

Aproveitar a presença das águas nas barragens e represas para a piscicultura em regime intensivo e extensivo.

Recomenda-se que esta província seja solucionada para a instalação de centros de larvicultura e selecção de reprodutores.

### **i) Província do Namibe.**

#### **Município de Namibe.**

#### **Rio Natampa.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Água muito limpa, ideal para consumo humano, não adequada para cultivo de peixe por acumular poucos nutrientes.

O curso do rio poderia ser aproveitado para a construção de uma barragem com múltiplos objectivos, (capricultura, agricultura e criação de peixe em gaiolas).

#### **Município do Tômbwa.**

#### **Lagoa do Arco e Curoca**

#### **Conclusões e recomendações:**

Na lagoa pesca-se fundamentalmente bagre e não há referência da existência de tilápia.

Necessidade de monitorização da qualidade da água nas diferentes épocas do ano.

Recomendamos o cultivo de peixes em redes ou a prática da piscicultura em pequena escala em cercos ou gaiolas.

### **Conclusões Preliminares da Província do Namibe:**

1. Há a necessidade de construir represas, que poderiam ser utilizadas com vários objectivos (piscicultura, sistema de irrigação, bebedouros para gado, etc.).

2. Programar visitas ao Município da Bibala onde existem lagos de importância como Piambo e Pediva, onde já existem tanques de piscicultura.

3. Identificar empresários agrícolas que têm desenvolvido actividades de aquacultura.

4. Fazer outros levantamentos de áreas propícias para aquacultura.

### **j) Província do Cunene.**

#### **Município de Ondjiva.**

#### **Represa de Ondjiva**

#### **Conclusões e recomendações:**

Aproveitamento da represa para implementação de uma piscicultura extensiva com várias espécies (bagre e cacusso).

Necessidade de vedação da represa, e prolongamento do dique.

Acompanhamento regular do nível das águas e o registo da temperatura ao longo do ano.

A represa não está sendo explorada pela população, portanto, não existe indícios de contaminação.

#### **Município de Ombadja.**

#### **Comuna de Xangongo.**

#### **Conclusões e recomendações:**

Altas potencialidades para implementação da pesca continental.

Necessidade de apoio aos pescadores locais

Existência de uma alta gama de variedades de peixe.

Recomenda-se a projecção do canal de alimentação para abastecer a lagoa durante todo o ano, desviando o rio para abastecer a lagoa, de forma a controlar a saída e entrada das águas.

A lagoa tem condições para implementação de projectos de piscicultura.

### **k) Província do Cuando Cubango.**

#### **Município do Cuito Cuanavale.**

#### **Conclusões e recomendações:**

O local reúne excelentes condições e foi seleccionado para implementação imediata do projecto de produção piscícola.

Aproveitamento de toda área disponível com a introdução de 2 tanques de maior dimensão para reprodutores.

Edificação de infra-estruturas para preparação de ração, manuseamento e processamento do pescado.

#### **Bimbi.**

Existem condições para a piscicultura. O rio tem um caudal constante. Pode ser encontrada uma área limitada na margem do rio.

O pequeno lago não é controlado e será difícil transformá-lo numa unidade de produção. A melhor forma de usufruir deste local é utilizando a água do lago como fonte de água para depois na área circundante escavar alguns tanques. Estar um passo à frente é controlar a admissão de água no lago, controlar o número de espécies existentes e utilizar o lago como unidade de produção.

#### **Cuito Cuanavale:**

A tradição local de consumo de peixe e um mercado activo de peixe no local, são aspectos que poderão encorajar o negócio. Muita área apropriada para a escavação de tanques de peixe está localizada ao longo da margem do rio as unidades de produção recomendadas são tanques em terra que recebem a água do rio quer por gravidade ou por bombas de água. O desenvolvimento de alimento natural (fito/zoo plâncton) é o passo mais importante para fornecer alimento ao peixe criado. É recomendado o início simultâneo da piscicultura com o desenvolvimento capital fixo vivo.

#### **Lagoa Bembue:**

O lago pode tornar-se igualmente numa unidade de produção. A admissão de água no lago é relativamente fácil de regular e de controlar. Para começar, é recomendado escavar 6 tanques de 0.2 a cada e utilizar a densidade extensiva de povoamento como método da cultura. Este sistema pode produzir 10 toneladas de peixe anualmente e pode ser expandido se se revelar lucrativo.

#### **Barragem de Kambumbe:**

É um local potencial para uma estação central para produção de alevinos e um centro para encorajar o desenvolvimento da piscicultura na província.

O lago oferece uma boa oportunidade para o estabelecimento de uma unidade de demonstração de gaiolas flutuantes que pode fornecer directivas para um desenvolvimento futuro da piscicultura.

Algumas das infra-estruturas existentes (canais de água e barragem) foram danificadas no passado e necessitam de reparação.

Os seguintes passos são recomendados:

1. Reparação e limpeza dos 3 tanques e do canal de água existentes.
2. Escavação de 6 tanques maiores com 0,4 ha cada, utilizando o mesmo sistema de água.
3. Estabelecer uma unidade de demonstração com gaiolas flutuantes consistindo em 6 gaiolas com 60m<sup>3</sup> cada.

#### **Ações recomendadas:**

1. É necessário a elaboração urgente de um «Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Aquicultura em Angola» que defina claramente as políticas e estratégias a seguir para que esta actividade seja desenvolvida de forma responsável e sustentável.

2. É necessário prever fundos de apoio ao fomento e desenvolvimento da aquicultura, quer pelo Governo Central como pelos Governos Provinciais. Sistemas de crédito devem ser previstos para o apoio ao sector privado, como complemento dos já existentes.

3. É necessário implementar um programa de sensibilização, educação e consciencialização contínua das populações sobre a aquicultura.

4. É necessário implementar um programa de formação a nível das instituições do Governo, nas comunidades e no sector privado de forma a criar capacidade nacional para a execução de projectos, assistência técnica e suporte da actividade em geral.

5. Necessidade de criação de um Centro Experimental de cultivo de crustáceos na praia de Santiago (Província de Luanda) que deve incluir selecção de reprodutores, produção larvas, plâncton e, artemia e ração e tanques de crescimento e engorda. Este Centro Experimental deve integrar um centro de formação para apoio à projectos de maricultura.

6. Necessidade de criação de Centro Experimental de cultivo de mexilhão na Baía dos Tigres para assistência técnica ao sector privado nos projectos de cultivo de moluscos (mexilhão, ostra, etc.)

7. Necessidade de continuação de estudos de investigação sobre o controlo da qualidade da água e dos parâmetros ambientais e biológicos, monitorização da periodicidade e amplitude das marés das diferentes áreas bem como calcular a velocidade e direcção dos ventos.

8. Necessidade de visitar as Províncias de Cabinda, Zaire, Bengo e Namibe por não terem sido visitadas para a avaliação das potencialidades para desenvolvimento da maricultura.

As zonas seleccionadas para as actividades da aquicultura, não devem afectar a saúde ou a segurança de qualquer indivíduo ou comunidade ou o ambiente em grande extensão.

#### **V — Medidas e Políticas:**

As medidas de políticas contidas no ordenamento em apreço, se sustentam nos objectivos já definidos no Programa Geral do Governo para o biénio 2005/2006 e se harmonizam com as políticas e medidas de política também nele identificadas nomeadamente:

#### **Objectivos:**

Desenvolver de forma sustentável as pescas angolanas através da adequada gestão dos recursos haliêuticos tendo em vista a sua utilização duradoura.

Melhorar as infra-estruturas de apoio às pescas, da rede de distribuição, compreendendo designadamente portos e terminais pesqueiros e entrepostos frigoríficos.

Aumentar o aprovisionamento alimentar de peixe, como via para o combate à pobreza e à fome.

Reforçar a investigação científica no domínio das pescas e aquicultura e difundir e adoptar tecnologias pertinentes.

Reforçar capacidade do sistema de fiscalização pesqueira.

Fomento e apoio à pesca artesanal (marítima e continental).

#### **Políticas e medidas de política:**

Recuperar, modernizar e organizar a pesca semi-industrial, enquanto germen de uma futura pesca industrial dinâmica. A quase totalidade da frota, encontra-se para-lisa-da, por obsolescência e deficiências várias. Parte dela é possível ser recuperada, se surgirem apoios específicos. Neste âmbito preconiza-se o estabelecimento de linhas de crédito para a recuperação, equipamento e construção de novas embarcações.

Fomentar e apoiar a pesca artesanal, quer marítima quer continental. Esta política deverá envolver investimentos pouco vultosos e gerar a criação de um número significativo

de postos de trabalho. Preconiza-se a disponibilização de linhas especiais de crédito e de micro-crédito, apoios a fundo perdido para a aquisição e modernização de embarcações e fabrico e reparação de artes. Especificamente no interior prevê-se promover pólos de desenvolvimento integrado, combinando a produção pesqueira com a agrícola e pecuária.

Desenvolver a aquicultura, actividade em que o País possui excelentes potencialidades. A exploração desta linha de política pressupõe a aposta na investigação científica neste domínio e a construção de infra-estruturas apropriadas como estações piloto, e escola de formação.

Providenciar melhores condições de apoio às pescas. Trata-se de recuperar infra-estruturas de suporte, por um lado, à acostagem e operações de embarque/desembarque e, por outro lado, à reparação, manutenção e construção de embarcações.

Melhorar a rede de distribuição do pescado, refrigerado, congelado, seco e sal. Visa-se construir e instalar redes de frio, entrepostos frigoríficos e peixarias em todo o País, constituir consórcios de comercialização de pescado e adquirir meios de transporte frigorífico e de carga geral.

Revitalizar a indústria transformadora do pescado de forma a reduzir a dependência externa em congelados e transformados. Prevê-se, em concreto, construir e montar fábricas de conservas e de farinhas e óleo de peixe, para além de uma aposta nos congelados e pré-preparados, incrementar os níveis de sal e de peixe seco.

Reforçar a capacidade empresarial existente e lançar as bases para a organização e estruturação do sector.

Preservar a qualidade do pescado e garantir a defesa do consumidor. Esta linha de política prevê, para além, da melhoria das condições de descarga e distribuição do pescado, um maior controlo sanitário e a certificação de produtos.

Reforçar o sistema de formação de quadros, completando o ciclo de formação técnico - profissional das pescas (básico, médio, superior).

De acordo com os objectivos estratégicos definidos, podemos identificar quatro domínios estratégicos de acção, cada um deles obedecendo a um objectivo concreto e envolvendo um conjunto de programas fundamentais, subdivididos, ou não em, subprogramas.

Esses quatro grandes domínios são os seguintes:

- Domínio estratégico I Produzir mais, produzir melhor
- Domínio estratégico II Desenvolver sustentavelmente as pescas angolanas
- Domínio estratégico III Inovar para maior consolidação do futuro
- Domínio estratégico IV Valorizar o homem e o bem-estar social

### **5.1 — Domínio Estratégico 1 — Produzir mais Produzir melhor**

Em consequência do que sumariamente se observa em termos de diagnóstico, a solução dos actuais problemas passa inevitavelmente pelo:

- Aprofundamento dos conhecimentos existentes (implicando um forte apoio à investigação e uma aproximação multidisciplinar) e
- Tomada de medidas de acautelamento, que passam pelo ordenamento dos espaços e dos usos (que são múltiplos).

#### **Por outras palavras:**

A exploração em bases sustentáveis do potencial biológico aquático pressupõe a necessidade de melhor conhecer a funcionalidade dos sistemas e a sua vulnerabilidade, bem assim como as condições a que deve obedecer o uso do meio e dos recursos.

#### **Acção preconizada**

Dada a complexidade das situações, considera-se um conjunto de três grandes temas específicos, onde a investigação científica desempenha, como é natural, um papel de extremo relevo, mas em que também é importante estabelecer e aprofundar uma estreita relação de cooperação com o sector, incluindo a possibilidade de ele vir a participar na realização de determinados projectos.

#### **Tema 1.1 – Pesca responsável**

##### **Programa fundamental 1.1.1 – Bases científicas**

Estabelecimento de sólidos alicerces científicos para o ordenamento espacial e gestão da exploração pesqueira e outros usos do meio e recursos marinhos.

##### **Objectivos específicos:**

Melhorar os conhecimentos sobre a biologia dos recursos e as suas relações de dependência sistémica nos ecossistemas marinho e costeiro;

identificar a ocorrência (para além do respectivo comportamento e distribuição, em caso afirmativo) de unidades populacionais nos recursos de maior relevância (uma questão chave quando se trate de recursos comuns com outros Estados costeiros);

alargar o âmbito da avaliação dos recursos a outras espécies com interesse comercial, de modo a assegurar que a sua exploração será feita dentro dos limites de segurança biológica e ecológica;

desenvolver e aplicar modelos de gestão multiespecíficos tendo em atenção a diversidade de frotas, bem assim como as metodologias para soluções precaucionárias de avaliação preliminar quando escasseiam os dados;

estabelecer os pontos de referência e indicadores biológicos em termos de aproximação cautelosa (princípio da precaução);

desenvolver metodologias mais adequadas ao cálculo do esforço de pesca;

- principais beneficiados;
- decisores políticos (pescas e ambiente);
- administração pesqueira;
- armamento (em particular) e indústria transformadora;
- Actores envolvidos;
- investigação;
- armamento.

##### **Programa fundamental 1.1.2 – Pesca responsável**

Avaliar situações, desenvolver instrumentos e aplicar medidas que permitam reduzir a pressão sobre juvenis e as capturas acessórias e rejeições, dando melhor protecção aos recursos, incluindo os que não são alvo preferencial das pescarias.

##### **Objectivos específicos:**

- Melhorar a selectividade das artes de pesca;
- introduzir a obrigatoriedade de uso de materiais biodegradáveis nas zonas mais adequadas das artes de pesca;
- investigar a eficácia dos sistemas de defeso (áreas e épocas) e, noutro plano, das áreas marinhas protegidas na defesa, recuperação e preservação dos recursos;
- divulgar e incentivar a aplicação do Código de Conduta FAO;
- definir áreas biogeográficas com vista à introdução de sistemas de gestão zonal, de modo a ajustar a exploração às condições específicas de cada uma das zonas;

Desenvolver cartas de pesca e melhorar a monitorização das actividades e o seu acompanhamento, envolvendo armadores e pescadores em projectos conjuntos de cooperação técnica e científica.



**Principais beneficiados:**

pescadores e aquicultores (maricultura);  
investigação.

**Actores envolvidos:**

decisores políticos;  
armamento;  
aquicultores (maricultura);  
ensino profissional;  
administração pesqueira;  
investigação.

**Tema 1.2 – Gestão integrada das zonas costeiras:**

A interface que são as zonas costeiras representa um complexo sistémico extremamente rico mas muito vulnerável à acção do homem, repercutindo-se esta sobre a qualidade do meio e dos habitats marinhos, com repercussões frequentemente nefastas para a biodiversidade marinha.

Inúmeros recursos pesqueiros vivem nessas zonas boa parte do tempo, se não todo o seu ciclo biológico, buscando locais propícios à reprodução e cria, alimentação e refúgio.

Esta circunstância, aliada ao facto de as zonas costeiras serem objecto de um multiuso e de nelas se concentrar parte significativa da população humana, aconselha a compatibilização dos diferentes usos e a modulação desses usos em função da vulnerabilidade do meio, de modo a reduzir os impactos negativos, a melhor preservar o património comum e a diminuir/eliminar factores de tensão.

**Programa fundamental 1.2.1 – Regulação dos usos:**

Tem em vista a racionalização e compatibilização dos usos do litoral e dos mares costeiros adjacentes. Pressupõe uma plataforma consensual de compromisso de modo a que a utilização dos recursos terrestres não constitua uma ameaça à qualidade do ambiente (com relevo para o meio aquático), com repercussão nos recursos marinhos mas também na saúde e bem-estar humanos.

Este programa articula, necessariamente com o programa 1.1.2.

**Objectivos específicos :**

Identificar as áreas de maior vulnerabilidade ou que, independentemente disso, sejam locais de grande riqueza biológica e/ou de ocorrência de espécies mais raras no património natural nacional;

Proceder ao ordenamento do litoral e águas costeiras, definindo-se um mosaico de áreas ecológicas de gestão;

Estruturar uma rede de parques e reservas marinhas e de corredores de passagem, uns e outros inseridos no mosaico mais vasto constituído pelas unidades ecológicas que se distribuem ao longo da costa angolana;

Estabelecer a carta de riscos (ambiental e biológica).

**Principais beneficiados:**

sociedade;  
pesca e maricultura;  
outros diferentes tipos de actividade (transportes marítimos e terrestre, turismo, lazer, urbanizações e parques industriais).

**Actores envolvidos:**

decisores políticos (pesca, turismo, obras públicas, transportes marítimos e terrestres, ambiente);  
sociedade civil (organizações não governamentais, associações de defesa do consumidor, organizações científicas);  
administração e investigação pesqueiras.

**Tema 1.3 – Qualidade e sustentabilidade do ambiente marinho:**

A regular funcionalidade dos ecossistemas, resultante de relações naturais de interacção entre as diferentes componentes sistémicas, é uma condição fundamental para os equilíbrios que, em cada instante, se estabelecem entre elas.

A perturbação destes equilíbrios repercute-se sempre na capacidade de reciclagem e auto-regeneração dos sistemas naturais; se essa perturbação for demasiado repetida ou excessiva, aproximando-se dos limites de tolerância sistémica, os níveis de qualidade ambiental reduzem-se, ameaçando a funcionalidade dos sistemas e, desse modo, as condições de sustentação biológica e ecológica dos recursos que interessam ao homem (que o mesmo é dizer, o próprio homem).

A diversidade de factores envolvidos exige uma aproximação multidisciplinar.

**Programa fundamental 1.3.1 – Funcionalidade dos ecossistemas**

Uma melhor compreensão do modo como funcionam os ecossistemas marinhos, que interacções se verificam e que efeitos resultam da sua perturbação, permitirá perceber melhor o tipo de relações de interdependência existentes e a

vulnerabilidade dos recursos explorados pelo homem, desse modo se podendo definir sistemas de previsão e antecipação em bases mais sólidas. Como facilmente se compreenderá este é um ponto crucial para o desenvolvimento da própria estratégia.

#### Objectivos específicos:

- orientar a investigação para uma melhor compreensão da funcionalidade dos ecossistemas marinhos;
- estudar e avaliar a incidência de factores de perturbação (como a variabilidade das condições ambientais no tempo e as alterações do clima) nas interacções entre ambiente, exploração pesqueira/aquícola e outras actividades humanas;

monitorar e avaliar os impactos, directos e indirectos, da exploração petrolífera sobre o ambiente e recursos aquáticos, bem como os seus reflexos sociais e económicos nas comunidades piscatórias,

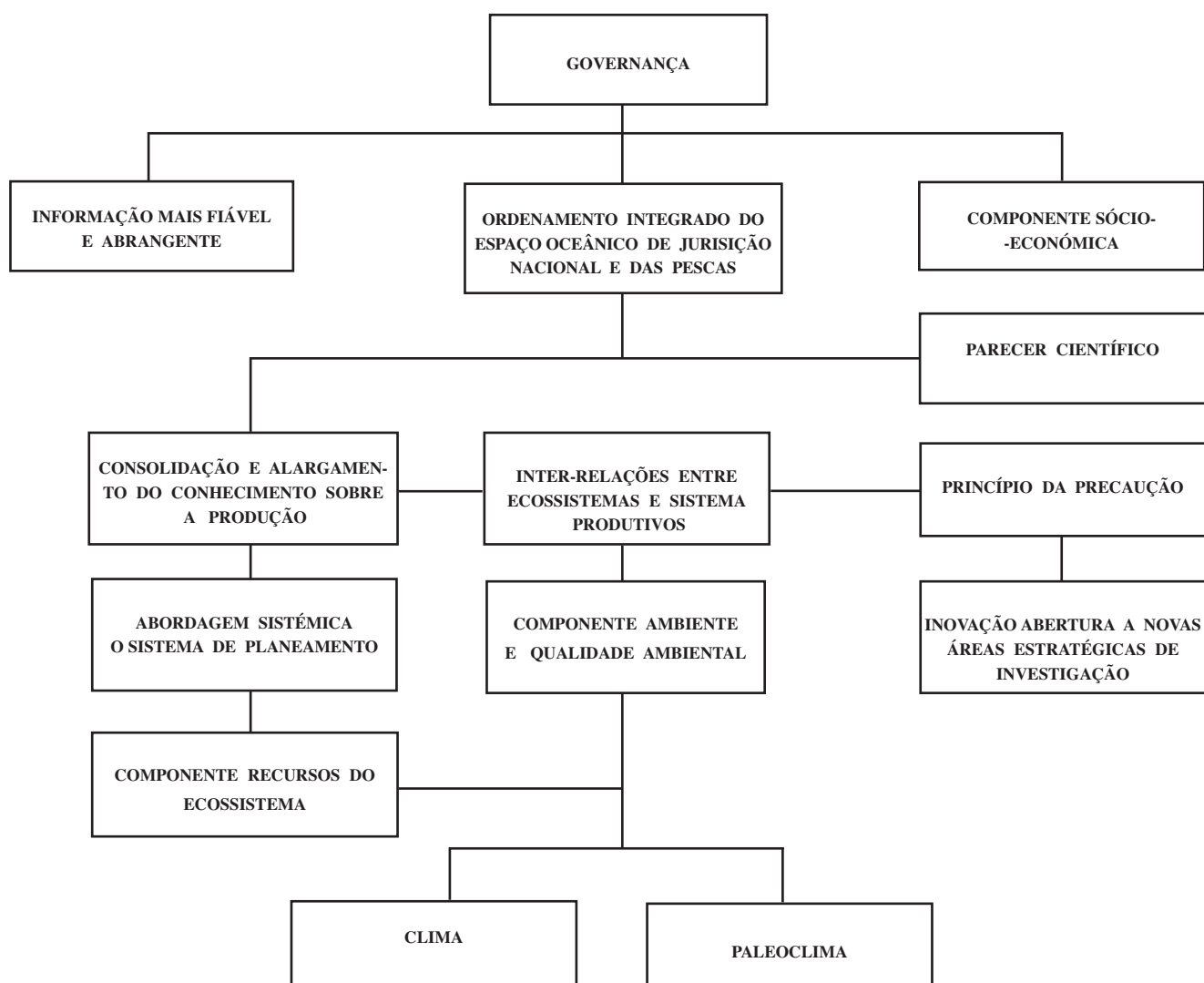
monitorizar a qualidade ambiental;

definir indicadores ambientais;

identificar vulnerabilidades e traçar a respectiva carta de riscos;

antever impactos prováveis de uma alteração climática nas zonas costeiras e contribuir para a definição de medidas que evitem ou mitiguem os seus efeitos.

#### Organigrama



Áreas-chave para a investigação nos domínios do ambiente e recursos marinhos.

Principais beneficiados:

- decisores políticos (pescas e ambiente);
- administração pesqueira;
- fileira das pescas.

Actores envolvidos:

Investigação (INIP outros centros de investigação científica e técnica, como sejam meteorologia e universidades)

## **5.2 — Domínio Estratégico 2 — Desenvolvimento Sustentavelmente as Pescas Angolanas:**

A recuperação e consolidação, primeiro, mas, depois, o desenvolvimento da fileira das pescas em termos de sustentabilidade, isto é, de modo a melhor garantir que a exploração dos recursos pesqueiros será feita em condições duráveis (longo prazo) — naquilo que dependa da acção do homem — pressupõem que:

- a capacidade dos instrumentos de produção esteja ajustada ao potencial biológico explorável e que;
- os regimes de exploração não ponham em causa a capacidade de auto-regeneração natural dos ecossistemas (donde a relevância dada ao domínio estratégico 1 e aos programas que a integram).

### **Tema específico 2.1 – Frotas:**

#### **Subtema 2.1.-A – Pesca artesanal (marítima):**

Não se consideram aqui as infra-estruturas relativas a abrigos, pontes-cais e sistemas mecânicos auxiliares da descarga nem as questões inerentes à formação de vulgarizados ou extensionistas e de formadores (ver mais adiante).

Aproximação estratégica:

Nos anos que se avizinham (apontemos para o intervalo 2006–2010, eventualmente prolongável até 2015), o cerne do problema na frota artesanal estará no aumento do número de embarcações no sentido do seu ajustamento em termos de recuperação, modernização e gradual substituição de unidades que não reúnam condições de operacionalidade, segurança e conservação.

Ação preconizada:

#### **Programa Fundamental 2.1.1 – Pesca artesanal marítima:**

Desenvolvimento deste segmento de modo a que, com investimentos pouco vultuosos, se consiga um aumento gradual mas sustentado de postos de trabalho, uma maior

estabilidade e bem-estar ao nível das comunidades do litoral e a produção de pescado fresco de qualidade e valor.

*Objectivos específicos:*

- mais emprego sustentável e melhores condições de vida para as comunidades dependentes da pesca;
- acréscimo moderado da frota ao longo dos próximos anos (ajustado, naturalmente, ao potencial explorável da área costeira), incluindo embarcações cabinadas;
- melhoria das condições de trabalho e segurança a bordo;
- valorização do pescado, promovendo condições adequadas de conservação a bordo e em terra;
- maior solidez das organizações cooperativas e microempresas.

São complementos naturais deste processo:

- prosseguir o trabalho de organização do subsector, promovendo o associativismo e o desenvolvimento de microempresas;
- criação de condições mais favoráveis no que se refere ao crédito (modalidades de micro-crédito com juros baixos e de apoio a fundo perdido ou, em alternativa, de apoio recuperável em prazos de razoável extensão), para novas embarcações ou modernização de unidades existentes (tendo em vista a melhoria das condições a bordo nos domínios da segurança, do trabalho e do transporte e conservação de pescado), aquisição de sobressalentes e materiais para o fabrico/reparação de artes (aspectos de logística tanto mais relevantes quanto se sabe que reside aí uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo pequeno pescador);
- desenvolver as acções de extensão e de formação, com vista à divulgação de artes, equipamentos e técnicas de pesca e de manuseamento, aproveitamento (transformação), conservação e comercialização;
- desenvolver de forma ponderada e selectiva sistemas gestionários no âmbito da co-gestão e da gestão comunitária, definindo previamente o conjunto de regras a aplicar;
- introduzir a título experimental o conceito de reserva de uso (não de propriedade) com a delimitação de áreas costeiras destinadas para as quais é outorgado, por prazo determinado, o direito a um uso exclusivo por parte de comunidades locais, com relevo para as que se encontrem em

situação de maior isolamento (projectos desta natureza pressupõem uma contrapartida, por exemplo, em termos de objectivos a alcançar: qualidade do pescado, organização do tecido produtivo, etc.);  
intensificar as iniciativas inerentes à criação, organização e consolidação dos CIPA, devidamente apetrechados, nas diferentes províncias;  
melhoria da frota e dimensionamento (capacidade de pesca) ajustado aos recursos;  
acesso a um sistema de preços azuis, por analogia com os preços verdes praticados na agricultura (na energia e no combustível);  
melhorar os sistemas de escoamento e distribuição.

#### Principais beneficiados:

pequena pesca local e costeira (emprego, segurança, melhor remuneração);  
CIPA e microempresas (melhor organização e consolidação);  
comunidades locais (no que se refira a dieta alimentar e emprego);  
zonas urbanas costeiras (abastecimento, sobretudo em termos de acesso a peixe qualidade).

#### Actores envolvidos:

autoridades provinciais;  
autoridades tradicionais;  
pescadores;  
mulheres;  
CIPA, cooperativas e microempresas;  
comunidades;  
serviços de extensão;  
organizações não governamentais.

#### Subtema 2.1.-B – Pesca artesanal (continental):

A riqueza faunística angolana é das mais elevadas da África Austral, sobretudo em termos de mamíferos e aves, situando-se num plano intermédio quanto a peixes (cerca de 268 espécies reportadas, mas nenhum endemismo).

A pesca no interior de Angola é ainda, apesar dos esforços desenvolvidos, largamente desconhecida no sentido de que, em termos estatísticos, escasseiam dados fiáveis sobre a extensão da actividade, espécies exploradas, volume de capturas e seu destino e, naturalmente, sobre o número de pescadores e seu grau de dependência (actividade sazonal ou permanente, ao longo do ano; pesca de subsistência ou pesca comercial; emprego a tempo inteiro ou parcial).

#### Aproximação estratégica:

A abundância relativa de cursos de água e lagoas associada à riqueza faunística que os caracteriza levam a que se atribua à pesca e à cultura das águas continentais uma elevada prioridade, seja pela garantia de melhor sustento e resposta mais directa às necessidades das populações mais isoladas, seja pela criação de alternativas no desenvolvimento de sistemas produtivos com impacto social e económico (contribuindo-se, deste modo também, para o reforço das condições de acolhimento/enquadramento de uma parte das populações deslocadas e para a criação, a seu tempo, de condições polarizadoras mais atractivas para a sua fixação).

Acresce que, excepção feita à aquicultura, a pesca artesanal em águas continentais não exige investimentos por unidade de produção que se revelem excessivos.

Todavia, as lacunas de informação existentes aconselham a que a aproximação tenha de ter em devida linha de conta um conjunto objectivo de linhas de orientação:

promover as acções necessárias ao adequado enquadramento jurídico-financeiro de apoio às unidades existentes, a sua organização e robustecimento, nele se incluindo o suporte técnico por parte de serviços de extensão na introdução de melhorias em termos de equipamentos e práticas da actividade;

estimular o levantamento sistemático do potencial existente, avaliar as condições a que os planos específicos de desenvolvimento devem obedecer (onde se reúnem as melhores condições objectivas de exploração, como se pode promover o desenvolvimento de novas iniciativas, para quê, com quem e exigindo o quê) e organizar o cadastro nacional das águas continentais (que locais, que fauna piscícola, que espécies-alvo, que potencial explorável, que tipo de exploração, etc.);

definir as cartas de risco e estruturar um mosaico de áreas aquáticas protegidas (a inserir numa Rede Nacional de Áreas Protegidas, que englobará o conjunto das águas marinhas e doces sujeitas a regimes de protecção e de regulação estrita dos usos: parques, reservas integrais, reservas, zonas de defesa, zonas de actividade pesqueira condicionada, etc.).

#### Ação preconizada:

### **Programa Fundamental 2.1.2 – Pesca artesanal em águas continentais**

#### **Objectivos específicos:**

- desenvolver alternativas de emprego, de produção alimentar e de criação de riqueza que beneficiem as populações, com relevo para as que se concentram no interior;
- promover e reforçar condições de estabilidade e bem-estar social;
- contribuir para o desenvolvimento de pólos de desenvolvimento integrado no interior, combinando, sempre que possível, a produção pesqueira com a agrícola e pecuária;
- desenvolver de forma ponderada e selectiva sistemas gestionários no âmbito da co-gestão e da gestão comunitária, definindo previamente o conjunto de regras a aplicar;
- organizar, de forma necessariamente controlada e cuidadosa, a possibilidade de aproveitamento da flora aquática infestante e de espécies predadoras que constituam risco para a segurança (por exemplo, o jacaré), consolidando e reforçando os rendimentos sem pôr em causa a subsistência do património.

A natureza da actividade e as condições oferecidas pelos ecossistemas aquáticos continentais sugerem que a gestão das pescas em águas doces seja assegurada pela entidade responsável pela organização, fomento e regulação da pesca artesanal.

Dadas as evidentes falhas de informação, importa que, quanto antes e com o forte apoio da investigação, se proceda ao:

- levantamento sistemático da actividade desenvolvida e das potencialidades naturais (um trabalho de inventariação que cruza, necessariamente, com o previsto para a aquicultura em águas interiores – ver mais adiante);
- em complemento da acção anterior, promover a recolha de dados actualizados e fiáveis relativamente aos métodos e técnicas de pesca utilizadas, sistemas tradicionais de organização da produção, regulação da actividade e do comércio, materiais e métodos de que se faz uso na conservação (por seca e defumação), regimes de remuneração e preços e rede de distribuição e comercialização;
- avaliação do potencial explorável e dos limites de tolerância expectáveis (na perspectiva de um aumento ponderado da produção);

melhoria dos métodos de transformação tradicionais e qualidade mais elevada, mediante o recurso a *kits* de formação extensiva, novas tecnologias (energia solar) e matérias-primas não tradicionais (por exemplo, no que se refira a alternativas para o material lenhoso utilizado na defumação);

organização do tecido produtivo e consolidação das cooperativas e associações de produtores. Sistemas de apoio em termos de micro-crédito e juros baixos.

#### **Principais beneficiados:**

- populações do interior (em termos de dieta alimentar);
- comunidades do interior (no que respeita a maior segurança e bem-estar, através de mais oportunidades de emprego e maior rendimento familiar);
- pescadores e intervenientes directos na comercialização e distribuição do pescado.

#### **Actores envolvidos:**

- autoridades tradicionais;
- mulheres;
- pescadores;
- CIPA e microempresas;
- comunidades;
- serviços de extensão;
- autoridades provinciais;
- organizações não governamentais (com relevo para as que prestam uma assistência de carácter social).

### **Subtema 2.1.-C – Pesca semi-industrial:**

#### **Aproximação estratégica:**

A modernização da frota, com base na substituição de unidades existentes por outras melhor apetrechadas e com condições adequadas de habitabilidade, de trabalho e de segurança, assim como a ampliação do número de embarcações, é um passo necessário a dar num horizonte que se estenda além de 2010, porém, até 2015.

Nesse sentido, a prioridade vai para a modernização por substituição, considerando-se que o crescimento da frota (em número) deverá ser condicionado, sempre, pelo estado em que se encontrem os recursos.



Em suma, relativamente à área do cerco:

o crescimento previsto deverá corresponder a um espaço temporal um pouco mais alargado, até 2015;

há que apoiar decididamente a valorização do pescado e a produção de qualidade (dependente, em boa parte, da capacidade de inovar tecnologicamente seja em termos de transformados por exemplo, conservas, pastas, pré-preparados, pré-cozinhados e outro tipo de produtos derivados), seja quanto ao aproveitamento de resíduos da indústria, reduzindo-se o desvio de recursos pesqueiros para uma exploração concentrada na produção de farinhas e óleos.

Não sendo as artes de emalhar tão selectivas quanto se poderia pensar, algum cuidado deve ser posto, logo à partida, no acompanhamento directo da actividade dos redeiros, com vista a melhor se determinar o seu impacto sobre os recursos.

Em contrapartida, atribui-se um grau de maior prioridade à pesca de linha dirigida à exploração de demersais e espécies de meia água na plataforma continental mas também a recursos de maior profundidade.

Neste sentido, ensaios de pesca exploratória (localização de pesqueiros e estimativa de potencial) e experimental (selecção e adaptação das melhores técnicas) estão previstos com a finalidade de avaliar as potencialidades existentes.

O terceiro grupo de navios de pesca semi-industrial é constituído por atuneiros. Considera-se pertinente a ideia de recuperar a arte de salto e vara que já teve tradição (e bons resultados) na pesca angolana. Sendo essencialmente uma actividade que se desenvolve em águas costeiras, o objectivo é o de fazer pesca dirigida a espécies pelágicas grandes migradoras de menor dimensão.

Contudo, a reintrodução desta modalidade depende em boa medida, ainda que não em exclusivo, de uma ligação eficaz com a indústria transformadora de modo a retirar melhor partido das pescarias (através de produtos de qualidade, sejam pastas, conservas ou sashimis/sushis) e da provável necessidade de preparar e recrutar mão-de-obra especializada. A possibilidade de se estabelecerem parcerias neste domínio (com transferência de *know-how* e de boas práticas) será um dos caminhos a considerar.

No que se refere ao arrasto, não é de admitir o arrasto na pesca semi-industrial.

Em todo este processo (recuperação e modernização da pesca semi-industrial) convém não perder de vista a possibilidade de, em certos casos, uma embarcação poder fazer pesca dirigida com recurso a diferentes artes (por exemplo: unidades com características que lhes permitam operar com redes, covos/armadilhas e linha/palangre).

Esta polivalência deve, no entanto, ser gerida com particular cuidado (através de uma gestão adequada e responsável do regime de licenciamento, tendo em conta a área de pesca, a arte permitida, a espécie-alvo, a quantidade autorizada e o período de actuação), na lógica, aliás, de um sistema de gestão zonal), de modo a evitar a ocorrência de situações abusivas, tanto do ponto de vista da regulação da actividade (logo, do esforço) como de concorrência.

Ação preconizada:

### **Programa Fundamental 2.1.3 – Pesca semi-industrial:**

Objectivos específicos (globalmente):

recuperar, modernizar (estima-se que boa parte das embarcações tenha mais de 20 anos de idade) e organizar o subsector de pesca semi-industrial, enquanto germen de um futuro segmento de frota industrializada angolana;

estabelecer linhas de crédito bonificadas;

apoiar o crescimento ponderado do cerco dirigido a pequenos pelágicos (sardinelas e não tanto carapaus, dado o estado preocupante em que se encontra este recurso);

racionalizar o traçado das embarcações e rearranjo do convés, proporcionando maior comodidade e segurança, e obrigatoriedade de instalação do MONICAP em unidades com mais de 15 metros; apostar em unidades de porte pequeno cujo comprimento máximo não ultrapasse os 20 metros, antes se situando, preferencialmente, abaixo deste limite;

diversificar a tipologia das unidades e, portanto, de pescarias, com especial atenção para o uso de artes mais selectivas, como sejam a pesca de linha/aparelho ou palangre;

melhorar significativamente as condições de habitabilidade, conforto, segurança e trabalho a bordo, bem assim como a situação relativa à estiva e conservação pelo frio do pescado a bordo;

desenvolver em articulação com a investigação acções especiais no sentido de apoiar ensaios de pesca exploratória e experimental, com vista a um melhor conhecimento de pesqueiros e recursos alternativos.

**Principais beneficiados:**

armamento (frota semi-industrial);  
indústria transformadora;  
comunidades costeiras.

**Actores envolvidos:**

decisores políticos;  
armamento;  
indústria transformadora (em princípio, a mais ligada à salga e seca de peixe);  
administração pesqueira;  
autoridades provinciais;  
organizações não governamentais.

**Subtema 2.1. - D – Pesca industrial:****Aproximação estratégica:**

A condição em que se encontram alguns dos principais recursos em águas angolanas e a pressão continuada que tem sido exercida sobre eles aconselha a tomada de medidas de carácter restritivo e coloca a questão de se saber em que moldes deve ser perspectivada a evolução da frota industrial.

O número de arrastões que operava em águas angolanas revelou-se excessivo, pondo em causa recursos de alto valor como é o caso dos crustáceos (camarão), para além das perdas por rejeição e da destruição de habitats.

Em consequência, a evolução prevista para os próximos anos é no sentido de reduzir os impactos do arrasto na sua globalidade.

Por outras palavras, aponta-se para uma redução efectiva do arrasto e um controlo rigoroso da sua actividade e uma limitação na sua dimensão para as pescarias cuja efectivação não pode ser feita senão com tal arte, por exemplo para os crustáceos e cefalópodes.

**Acção preconizada.****Programa Fundamental 2.1.4 – Pesca industrial:****Objectivos específicos:**

recuperar, modernizar, organizar e consolidar o segmento da pesca industrial, estruturando-se uma frota operacional angolana, com drástica redução dos afretamentos, reforçar posições na exploração dos recursos mais valiosos (com

destaque para os crustáceos mas sem prejuízo de outras espécies), integrando na pescaria os angolanos;

reverter radicalmente em favor da economia e empresas angolanas os benefícios resultantes da comercialização daqueles recursos no mercado internacional, condicionar o licenciamento à obrigatoriedade de dispor de instalações de recepção, conservação e processamento em terra (deste modo se contribuindo para reforçar o controlo da actividade desenvolvida e os ganhos para a economia angolana);

nos casos em que o processamento seja feito no mar, as instalações resumir-se-ão à recepção e conservação, apostar em unidades operacionais de menor dimensão entre 20-40 metros e menores custos operacionais (não aceitando superiores a 40-45 metros), diminuir drasticamente a capacidade de pesca de arrasto (incluindo por via da limitação das potências instaladas a bordo) que já é claramente excessiva, seja por abate selectivo de navios, seja por recurso à substituição de unidades existentes por outras de outras artes;

reduzir o impacto do arrasto em geral (todas as componentes consideradas), com relevo para a actividade dirigida à captura de crustáceos e de pescado.

O objectivo é duplo: trata-se, por um lado, de diminuir os impactos destas artes sobre os fundos marinhos e recursos enquanto que, por outro, se tem em vista ajustar a capacidade de pesca ao potencial efectivamente explorável.

De modo idêntico ao que se passa com a frota semi-industrial, o desenvolvimento da estratégia envolve, necessariamente, a resolução tanto quanto possível antecipada de certos obstáculos ou dificuldades, significando isso:

reactivação de estaleiros, devendo ponderar-se a formação de parcerias entre Estado e privados ou a privatização das maiores unidades, eliminação dos problemas relativos ao acesso à energia e água em condições mais favoráveis e regulares, bem assim como os que decorrem de barreiras existentes em matéria de procedimentos, prazos e custos adicionais (incluindo impostos) na importação de equipamento, maquinaria, sobressalentes e outro material, estabelecimento de linhas de crédito bonificadas para a modernização e melhoria das condições de habitabilidade, trabalho, segurança e conservação a bordo. A aprovação de novas construções deve coinci-

dir com a aplicação de um programa de abates selectivos, de modo a reajustar o redimensionamento da frota;

melhoria das condições ao nível dos portos e das infra-estruturas de apoio (com relevo para os auxiliares mecânicos da descarga, instalações adequadas de produção de gelo e frio/congelação e plataformas de recepção/transbordo intermodais articuladas com as diferentes redes de distribuição);

formação/especialização de oficiais e mestrança;

melhoria dos sistemas de comunicação e avisos à navegação;

demarcação rigorosa das áreas interditas ao arrasto;

obrigatoriedade do uso de «caixas azuis» (MONICAP) em todas as unidades e gradual instalação do sistema de registo electrónico da actividade desenvolvida (diário de bordo);

articulação destes sistemas (MONICAP e diário de bordo electrónico) com os serviços de fiscalização, o sistema de informação estatística e a base de dados do INIP (esta articulação tem um elevado valor estratégico na medida em que potencia a rapidez de aquisição de conhecimentos sobre a realidade da pesca e a ocorrência, distribuição e relativa «abundância» dos diferentes recursos-alvo da actividade).

À semelhança dos restantes segmentos (artesanal e semi-industrial) também o armamento industrial se deve organizar, sendo desejável uma articulação estreita com a indústria em termos operacionais.

#### Principais beneficiados:

armamento (frota industrial);  
indústria transformadora.

#### Actores envolvidos:

decisores políticos (pesca);  
autoridades provinciais;  
armamento;  
estaleiros;  
indústria;  
administração pesqueira;  
investigação pesqueira;  
organizações não - governamentais.

#### Subtema 2.1.E – Indústria transformadora:

##### Aproximação estratégica:

Ainda que constituindo uma mais-valia com relevância para o sector, importa que não se perca de vista o facto de a transformação também se traduzir num conjunto de perdas (um bom exemplo pode ser apreciado na filetagem de peixe).

Convirá igualmente ter presente a necessidade de antecipar perspectivas com a abertura de «novos» campos no domínio da indústria alimentar, como os que se relacionam com pré-preparados, pré-cozinhados ou os sushi/sashimi, não se perdendo de vista a tendência para uma mais que previsível terciarização da sociedade angolana e o maior peso dos mercados urbanos.

Em síntese, a estratégia tem por objectivo melhorar a qualidade e valorizar os produtos da pesca (mas também os da aquicultura), desse modo contribuindo para melhores condições de remuneração, tanto do ponto de vista do trabalho como em termos de capital investido e, em última análise, para a sustentabilidade de uma pesca responsável, reduzindo-se as perdas por desperdício, mas também por rejeição.

A aposta no pescado fresco e nos congelados é forte (donde um outro argumento em favor de uma rede de frio), o mesmo acontecendo com a indústria conserveira, reactivada em obediência a critérios inovadores (no que se refere a qualidade, técnicas de fabrico inovadoras, produtos, embalagens e apresentação).

Neste contexto, a produção de farinhas e óleos deverá ser reduzida.

Globalmente, as medidas de incentivo, mas também de vigilância e controlo, em matéria de qualidade e salubridade dos produtos da pesca, têm alta prioridade.

#### Ação preconizada.

#### Programa Fundamental 2.1.5 – Indústria transformadora:

##### Objectivos específicos:

revitalizar a indústria transformadora no que ela tem de mais viável, estimulando-se padrões de qualidade fabril e a abertura de novos caminhos; retirar maiores benefícios para a alimentação e economia angolanas a partir do valor acrescentado e de uma ligação mais directa aos mercados internacionais;

apostar nos congelados, pré-preparados, pré-cozinhados e alternativas às conservas tradicionais e, sobretudo, apostar em produtos de qualidade com certificação de origem;

reduzir a dependência externa em relação a certos produtos transformados e à importação de congelados;

reduzir significativamente o pescado destinado à produção de subprodutos como as farinhas e óleos; orientando as unidades para o aproveitamento de desperdícios das pescarias, o que implicará o redimensionamento de unidades de transformação e a sua acoplagem funcional às pescarias;

aperfeiçoar os sistemas de salga e seca, bem assim como de defumação, melhorando, nos casos pertinentes, os equipamentos artesanais;

neste contexto, não é indiferente a evolução que a indústria salineira (Subtema 2.1.F) venha a ter, sendo importante prosseguir o esforço de modernização, ao mesmo tempo que ampliando a produção de sal iodizado, dadas as suas implicações para a saúde pública;

estimular a inovação tecnológica e apostar em novos produtos, novas técnicas com vista ao aproveitamento e valorização de espécies tradicionais e espécies não convencionais abundantes de menor valor comercial.

#### Principais beneficiados:

indústria;  
armamento;  
população.

#### Actores envolvidos:

indústria;  
administração;  
armamento;  
decisores políticos;  
organizações não - governamentais.

#### Subtema 2.1.F – Indústria salineira:

##### Aproximação estratégica:

Atendendo à sua importância estratégica, importa prosseguir o trabalho de modernização das unidades existentes e, no que for viável, apoiar o aumento de produção.

Os incentivos deverão dirigir-se prioritariamente para a produção de sal higienizado e sal iodado destinados ao consumo humano.

Também o sal aproveitado pela indústria transformadora deve obedecer a padrões de qualidade adequada.

Nuns e noutros casos, o enquadramento jurídico desta indústria deve ser rigoroso, estabelecendo as regras a cumprir e os critérios de avaliação.

Uma particular atenção deve ser dada aos problemas relativos à organização do subsector, ao estímulo a dar a pequenos produtores, às condições de acesso ao iodato de potássio, às taxas aplicadas na venda do sal (iodado) e ao seu escoamento e distribuição nas regiões do interior.

#### Acção preconizada:

incentivar a recuperação e reequipamento das salinas activas e a reactivação das inactivas que ofereçam condições adequadas a uma produção de qualidade;

estimular a produção de sal de qualidade (não perdendo de vista a possibilidade de explorar a «flor do sal»), como uma mais valia importante) e a sua indispensável higienização (incluindo no que se refere ao sal utilizado nas salgas de pescado);

rever o sistema de taxas aplicadas na importação de iodato de potássio e em termos de imposições aduaneiras de modo a não penalizar o consumidor, afastando-o do consumo regular do sal iodizado;

aumentar a comparticipação deste tipo de sal na dieta, promovendo a sua distribuição e melhores condições de acesso por parte das populações mais carecidas, ponderando, neste último caso, o papel que os CIPA podem assumir, enquanto pólo de distribuição a nível regional. Programas de divulgação e formação, junto das escolas e das comunidades, devem ser incentivados em estreita cooperação com as áreas ministeriais responsáveis pela saúde pública e educação (na África do Sul, a iodização do sal e a atribuição de responsabilidades acrescidas aos produtores nessa matéria, só em 1995 se tornou compulsiva);

apoiar a produção de tipo artesanal e, genericamente, a organização do subsector e a formação de parcerias, no que se revelar pertinente ao fortalecimento da indústria. Criar um cadastro nacional que envolva todas as unidades de produção e a sua actividade;

estabelecer os critérios de qualidade de produção do sal, com especial ênfase para a sua iodização (métodos e equipamentos a utilizar, níveis de iodo), e os modelos que devem servir de orien-

tação à monitorização regular e controlo de qualidade.

### **Tema específico 2.2 – Infra-estruturas:**

Portos, estaleiros, rede de frio e vias de comunicação (rodo e ferroviária) constituem elementos-chave para a fileira de produção, assegurando, por um lado, uma mais eficaz capacidade produtiva e, por outro, o bom escoamento dos produtos, e permitindo ainda que a ligação entre produtores e mercados/consumidores se faça com rapidez e sem perda de qualidade.

#### **Programa fundamental 2.2.1 – Portos:**

As infra-estruturas que servem, por um lado, de suporte à acostagem e operações de embarque/desembarque e, por outro, à reparação, manutenção e construção de embarcações são, naturalmente, peças essenciais à operacionalidade e sustentação do sector.

A sua natureza e características permitem servir um leque diversificado de interesses (que não se restringem às pescas), ao mesmo tempo que asseguram uma das mais relevantes plataformas de contacto com o exterior num país tão vasto e com uma costa tão extensa como Angola.

No seu conjunto, é conveniente ponderar o tipo de impactos que as alterações climáticas possam vir a ter, mormente quando se trate de obras ou fundações nas margens do litoral, não perdendo de vista que as restingas são particularmente vulneráveis.

A título indicativo consideram-se dois dos programas mais relevantes para o sector pesqueiro:

#### **Programa 2.2.1 – 1 – Infra-estruturas portuárias:**

Ao longo da costa angolana, poucos serão os locais em que os recessos da costa oferecem soluções de abrigo minimamente ajustadas às condições de mar e vento dominantes nos mares costeiros e, de entre os existentes (no fundo, apenas quatro), só o Porto Pesqueiro da Boavista (Luanda) está orientado para o apoio à frota de pesca industrial – sendo os restantes (Cabinda, Lobito e Namibe) essencialmente portos comerciais.

#### **Objectivos estratégicos:**

no geral, criação de condições adequadas a um apoio efectivo às actividades das diferentes frotas e à adequada preservação dos produtos da pesca, ao mesmo tempo que assegurando, nos casos pertinentes, a articulação com os grandes meios de distribuição;

a nível de grandes portos, julga-se prioritário, na fase inicial e por razões circunstanciais, o de Boavista em Luanda, mais a construção do de Cacucaco, Porto -Amboim, Kikombo, Baía Farta, Tômbwa e Baía dos Tigres;

montagem de unidades produtoras de gelo, em condições adequadas para abastecimento das unidades de pesca, a que se devem adicionar armazéns frigoríficos e câmaras de congelação, bem como facilidades em termos de fornecimento de água, energia e combustível;

estruturação de um sistema de lotas (definindo-se o seu estatuto e regras de acesso e funcionamento) e previsão de instalações para aluguer às empresas armadoras e de comércio;

ainda em Luanda, será útil, no curto prazo, a beneficiação prevista no Terminal do Cais do Carvão, tendo em vista o apoio às embarcações do INIP e da Fiscalização de Pescas.

#### **Principais beneficiados:**

armamento;  
sector do comércio de pescado (incluindo importadores e exportadores);  
indústria;  
população.

#### **Actores envolvidos:**

armamento;  
sector do comércio de pescado;  
indústria;  
administração;  
decisores políticos (pescas, transportes, comércio, ambiente);

organizações não governamentais.

#### **Programa 2.2.1 – 2 – Estaleiros:**

O apoio a estas estruturas enquadra-se na prioridade mais elevada, importando proceder à sua recuperação e/ou modernização (conforme pertinente), visto repousar nestas infra-estruturas todo um suporte para a construção e manutenção das unidades produtivas que são as embarcações de pesca.

Da sua capacidade de resposta e do regime de preços praticado dependerá, em boa medida, o desenvolvimento <<endógeno>> do sector no que se refere às frotas.



**Objectivos estratégicos:**

dispor de um instrumento actuante na sustentação das frotas de pesca, prestando-lhes apoio no que se refere à manutenção, modernização das unidades existentes e construção de novas embarcações;

dinamização do subsector, com recuperação de instalações e reequipamento, consoante as situações objectivas em que se encontrem, considerando-se prioritárias as acções relativas às unidades de maior porte localizadas no Lobito e Luanda;

qualificação/reciclagem de pessoal.

**Principais beneficiados:**

armamento;

estaleiros;

administrações portuárias.

**Actores envolvidos:**

estaleiros;

armamento;

administrações portuárias;

administração pesqueira;

decisores políticos (portos, pescas, indústria, ambiente).

**Programa fundamental 2.2.2 – Rede de frio:**

Um cada vez maior recurso a congelados (sobretudo por parte das populações urbanas), que tenderá a aumentar com a melhoria do nível de vida da população, bem assim como a própria distribuição de pescado fresco (que se deseja seja feita em condições de melhor preservação da qualidade), aconselham uma rápida instalação/recuperação/melhoria de sistemas e equipamentos de frio nas áreas urbanas e nos centros populacionais com dimensão significativa, tanto no litoral como no interior.

A polivalência de usos dos equipamentos instalados (ou a instalar) pode contribuir para uma maior rentabilização da exploração económica dos espaços e uma melhor prestação de serviços aos produtores, empresas e consumidores.

**Objectivos específicos:**

providenciar melhores condições para o escoamento de pescado fresco, refrigerado e congelado;

preservar a qualidade do pescado, assim contribuindo para que o seu valor não se degrade;

melhorar a defesa dos interesses do consumidor.

**Principais beneficiados:**

consumidor;

produtor;

comércio.

**Actores envolvidos:**

produtores (armamento e indústria);

CIPA;

comerciantes;

administração pesqueira;

decisores políticos (pescas, comércio, transportes, ambiente).

**5.3 — Domínio estratégico 3 – Inovar para maior consolidação do futuro.**

Com o expectável crescimento da população e a melhoria do seu nível de vida, natural é que o consumo tenda a aumentar de modo significativo; quer isto dizer que outras soluções devem ser encontradas em tempo útil para que haja capacidade de suprir as necessidades de natureza alimentar.

Todavia e independentemente do esforço a desenvolver na recuperação das espécies mais degradadas, os actuais níveis de produção não podem exceder os limites de tolerância natural, sob pena de se correrem sérios riscos de uma quebra acentuada ou, até, de colapso.

A cultura e comercialização (de forma necessariamente controlada e sem nunca pôr em situação de risco o património natural) de espécies exóticas de água doce é uma outra linha de rumo possível, que importa avaliar a seu tempo, tendo em mente a exploração dos circuitos comerciais relacionados com a aquariologia que, nos dias de hoje, representam uma importante fonte de rendimento ao nível do comércio mundial.

Mas outros aspectos se podem e devem considerar na procura de novas oportunidades, como seja, na vasta área de aplicações na medicina, indústria cosmética, indústria alimentar e mecânica, o recurso à biotecnologia, com a vantagem adicional de, nessa base, se poder promover o aproveitamento de, ao menos, parte das rejeições e dos desperdícios da indústria, não só evitando uma perda total mas também contribuindo para a valorização desses produtos (se a investigação técnica e científica vier a demonstrar a sua exequibilidade).

### **Programa fundamental 3.1 – Aquicultura ecológica-mente sustentável:**

Considerado de interesse estratégico, este programa tende a desenvolver-se não de imediato mas com algum desfasamento de modo a ganhar tempo para que se disponha de pessoal, estruturas e o necessário conhecimento e experiência, cabendo à investigação um papel-chave em todo o processo. Não se trata, apenas, de cultivar animais mas também de abrir caminhos possíveis de inovação no aproveitamento de algas e de plantas aquáticas para fins que não se restringem necessariamente ao domínio da alimentação.

Objectivos específicos:

disponibilização de novas fontes para a produção de proteína de pescado e de outros tipos de alimento (neles se incluindo produtos transformados, o que também representa a possibilidade de alguma diversificação ao nível da indústria transformadora);

desenvolvimento de condições que favoreçam o emprego e criem riqueza perdurável.

Há, todavia, que assegurar o preenchimento de uma série de condições básicas para que o subsector evolua apoiado em alicerces sustentáveis, ao mesmo tempo que, queimando etapas, com o aproveitamento do saber e experiência de outros.

Acresce que este é um domínio em que o amadorismo não tem lugar. Ele exige apurado conhecimento científico e técnico e uma mão-de-obra especializada.

De entre essas condições básicas, salienta-se a necessidade de promover:

continuação de inventário prévio, sistemático, dos locais e espécies que melhores condições reúnem para o desenvolvimento do subsector;

avaliação da capacidade biogénica dos sistemas naturais, enquanto suporte da produção aquícola;

apreciação da qualidade da água, relativa abundância e potencial de renovação;

ensaios experimentais preliminares com espécies indígenas, como o mexilhão ou a ostra (espécies marinhas) ou como cacusso (*Oreochromis spp.*) e o bagre (espécies de água doce), recorrendo a tecnologias já bem conhecidas;

previsão de medidas de combate (incluindo biológico, através de muloscocidas naturais), ou mesmo erradicação de vectores de doenças para o homem, como é o caso dos planórbios, gastrópodes transmissores da bilharziose (caso das lagoas ao Norte de Luanda, p. ex.);

construção de estações-piloto com condições adequadas para a investigação científica, a experimentação e a divulgação junto do sector;

ensaios de sistemas de cultura em regime de estabulação com reduzido impacto sobre o ambiente;

especialização de investigadores e técnicos em diversos domínios, seja o da biologia (p. ex., ecologia, fisiologia, reprodução, nutrição, genética), o da química (p. ex., qualidade da água, estudos de contaminação, despistagem) ou o da medicina animal (p. ex., patologias, parasitoses, prevenção/tratamento de doenças);

formação e preparação dos futuros extensionistas.

Duas grandes linhas de actuação emergem deste programa fundamental, dirigindo-se uma para o estudo e tratamento das questões relativas ao desenvolvimento da aquicultura em águas continentais e a outra para a cultura de espécies marinhas.

#### **Programa 3.1.1 – Aquicultura em águas doces:**

A selecção dos melhores locais deve continuar a ser feita com base em critérios objectivos como sejam, designadamente, os resultados do levantamento de situação oferecida pelas condições naturais, de entre eles avultando:

características de rusticidade e facilidade de reprodução das espécies indígenas (de entre elas emergindo o cacusso e o bagre);

topografia dos locais;

qualidade da água;

regularidade dos caudais de alimentação;

abundância de alimento natural;

disponibilidade de meios em termos de acessos e energia.

Independentemente destes aspectos, é de ter-se em atenção que, nas actuais circunstâncias, em que os meios humanos e materiais são, apesar de tudo, escassos, é mais prudente avançar por pequenos passos, construindo primeiro, metodicamente, os alicerces, só depois se progredindo de modo mais substantivo, com base em elementos de informação alargada e actualizada que permitam direccionar as acções com maior solidez e dispondo-se já de uma razoável capacidade operacional.

Aliás, um ponto crucial para o desenvolvimento da aquicultura é o acesso (fácil) a alevins e juvenis (saúdáveis e de qualidade) em condições de preço razoáveis, destinados a crescimento e engorda.

A existência de uma aquicultura comunal ou de subsistência é ponderada pelo significado que tem, seja do ponto de vista de uma mais rápida consolidação do tecido

produtivo local, seja enquanto instrumento dinamizador de um pólo de desenvolvimento.

O desenvolvimento de uma aquicultura de características mais artesanais, aproveitando as condições oferecidas pelo terreno, pode abrir caminho a soluções de produção extensiva (eventualmente, semi-intensiva) complementares da prática de pesca, com benefício para as comunidades locais.

Por todas estas razões, afigura-se desejável a construção de estações-piloto com condições apropriadas para o desenvolvimento da investigação e da experimentação, dispondo ainda de instalações para a prática de acções de sensibilização, divulgação, demonstração e treino dirigidas a aquicultores e estudantes aos vários níveis.

#### Principais beneficiados:

aquicultores;  
populações do interior;  
CIPA e microempresas;  
comércio.

#### Actores envolvidos:

investigação;  
autoridades provinciais;  
autoridades tradicionais;  
serviços de extensão;  
administração.

#### Programa 3.1.2 – Maricultura.

A segunda linha programática envolve a maricultura, um domínio por que, via de regra, se reveste de maior complexidade e, portanto, riscos mais elevados.

Diferentemente do que se pode passar com outros subsectores, o desenvolvimento da maricultura em condições minimamente sólidas exige uma boa organização e um bom domínio de conhecimentos e técnicas.

Nesse sentido, considera-se de interesse estratégico a construção de estações-piloto com condições adequadas à investigação e à experimentação, dispondo de instalações para a prática de acções de sensibilização, divulgação, demonstração e treino (à semelhança, aliás, do aconselhável para a aquicultura em águas continentais).

A hipótese de se desenvolver a maricultura offshore não deve ser descartada à partida, mas antes ser ponderada, ainda que a prazo mais dilatado, na medida em que,

primeiro, se deverá consolidar o progresso do subsector nas zonas costeiras só mais tarde se avançando na base de uma avaliação cuidadosa dos condicionalismos (e riscos associados) que áreas mais afastadas sempre oferecem. Neste quadro específico que é o das operações offshore, pode admitir-se que, num futuro não distante, venha a ser conveniente desenvolver sistemas de recifes artificiais como um dos instrumentos para a criação de condições favoráveis à vida marinha.

Em todas as circunstâncias, os estabelecimentos de cultura devem ser complementados por instalações adequadas ao armazenamento dos materiais, por um lado, e à depuração de bivalves, por outro. Água potável em boas condições e energia devem estar disponíveis.

#### Principais beneficiados:

população,  
indústria alimentar (ampliação do leque de oferta);  
comércio de exportação.

#### Actores envolvidos:

decisores políticos (pescas, ambiente, comércio);  
autoridades provinciais;  
investigação;  
administração;  
serviços de extensão.

#### Programa fundamental 3.2 — Biotecnologia

Este é hoje um dos domínios de maior interesse estratégico a nível mundial, sendo África um dos continentes onde se desenvolve uma intensa procura de fontes naturais que potenciem a detecção de novas biomoléculas, graças à riqueza dos ecossistemas e da biodiversidade.

No que se refere ao mundo aquático, e ao marinho em particular, ainda existe um vasto caminho a percorrer, de identificação e crivagem sistemática das potencialidades químicas e biológicas mas onde diferentes espécies de microrganismos, algas e invertebrados ocupam um primeiro plano na biosíntese de moléculas originais e activas.

Do ponto de vista farmacológico, cerca de 6000 substâncias foram identificadas na sua estrutura química original desde os anos 60 do século XX (só os espongiários contribuíram com cerca de 30% daquelas substâncias), 500 das quais com actividade biológica potencialmente terapêutica em diversos campos, como sejam o do combate antiviral e antitumoral ou enquanto antibióticos e anti-z-inflamatórios.

Exemplos concretos podem encontrar-se entre as conotoxinas produzidas por espécies como o *Conus geographicus* ou o *Conus textile* e que têm efeitos antálgicos, as neurotoxinas das anémonas-do-mar ou de certas espécies de peixes como os peixes-lua, os peixes-balão e os cangulos, ou a citarabina, isolada a partir de um espongiário, empregue no combate ao câncer, ou, ainda, os furanos obtidos a partir de algas como o *Ascophyllum nodosum*.

Também ao nível de óleos finos ou com interesse nutricional a vida marinha pode proporcionar soluções interessantes em produtos de valor acrescentado. Exemplos típicos serão o ómega-3, um ácido gordo polinsaturado e o esqualeno, com interesse para a saúde pública e nutrição, ou o esqualano (um produto obtido por refinação do esqualeno), com utilização em fármacos e produtos cosméticos.

**Comparação dos níveis de ómega-3 em diversos produtos alimentares**

Produto	Nível de ómega-3 (mg por 100g)
Peixe .....	210
Ostras .....	150
Camarões .....	120
Lagosta .....	105
Peru .....	35
Carne de vaca .....	22
Galinha .....	19
Carneiro .....	18
Porco .....	0

Fonte: CSIRO.

Para além do ómega-3, outros suplementos nutricionais têm sido obtidos, não só de peixes, mas de microalgas marinhas que produzem quantidades apreciáveis de ácidos gordos como o ácido docosahexenóico (DHA) e o ácido araquidónico (ARA).

#### Objectivos específicos:

- melhor e mais aprofundado conhecimento do património natural em águas angolanas, das suas virtualidades e do potencial que pode oferecer em benefício do homem;
- contribuir para a preservação da biodiversidade, assegurando orientações mais favoráveis à exploração durável dos recursos;
- valorizar esse património pela abertura de novos campos com repercussão económica e social, seja no que se refere ao uso de recursos genéticos, seja pela criação de novos fármacos, seja quanto à cosmética, seja pela produção de

substâncias com aplicação em produtos alimentares, seja, ainda, em termos de óleos finos destinados a indústrias de ponta;

aprofundar o conhecimento da biodiversidade como condição prévia para uma justa repartição dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos;

constituição de um Banco de Dados da Biodiversidade Marinha (abrangendo os pontos de vista bioquímico e genético).

Na situação em que Angola se encontra actualmente não teria muito sentido investir já e fortemente num subsector tão exigente como este é, mas porque se trata de construir um futuro de sustentabilidade num horizonte mais alargado tem toda a lógica que ele seja tido seriamente em consideração, estimulando, nos anos que se avizinham, condições favoráveis ao desenvolvimento de unidades especialização de investigação multidisciplinar.

Principais beneficiados:

património;  
sociedade;  
indústria.

Actores envolvidos:

investigação;  
administração.

#### 5.4 — Domínio estratégico 4 – valorizar o capital humano

Aproximação estratégica:

O sucesso de uma política integrada que tenha por objectivo promover esse desenvolvimento sustentável tem de se apoiar, necessariamente, no indispensável equilíbrio que é forçoso exista entre a pressão humana (nem sempre a mais justificada por necessidades vitais) e os limiares de tolerância e capacidade de auto-regeneração dos ecossistemas. O próprio conceito de sustentabilidade já contém em si mesmo esta dupla ideia de limite e de auto-regeneração e no entanto raramente se terá essa percepção.

A transição terá de envolver, necessariamente, para além do acesso ao conhecimento técnico e científico, um outro processo: o da aprendizagem cultural em que quatro dos elementos estruturais mais relevantes a absorver serão, por certo, as noções de:

património comum;  
limitação do potencial explorável;

interdependência; e  
co-responsabilidade;

Quer isto dizer que o uso sustentável de um património valioso requer, por parte da sociedade e das estruturas económicas e políticas, uma visão necessariamente mais ampla, um conhecimento mais profundo e objectivo e uma maior sensibilidade e sentido de coesão.

Acção preconizada:

Aspectos como os que se prendem com a definição de uma política integrada ou com a prática de uma efectiva coordenação inter-departamental ou, ainda, com procedimentos de verificação e avaliação independentes não são assim tão facilmente postos em prática, nem verdadeiramente existem soluções-padrão universais que os sirvam.

É neste contexto que se colocam as questões relativas:

- à educação/formação, especialização e treino dos agentes ou actores mais directamente envolvidos (ou a envolver);
- ao exercício de actividades de extensão e num plano mais alargado;
- às acções de informação e sensibilização;
- todos aqueles elementos (da educação ao treino) são parte essencial para a construção da capacidade de resposta humana ou o seu reforço, uma construção que deve ser encarada simultaneamente como instrumento e como objectivo;
- ela envolve necessariamente uma aproximação planeada a programas de qualificação dirigidos ao alargamento e consolidação do conhecimento, mas também à compreensão do que está em jogo, às atitudes e aos valores;
- quer isto dizer que não se trata apenas de construir/aumentar a capacidade produtiva mas também de realizar as potencialidades humanas.

#### **Programa fundamental 4.1 – Formação de quadros:**

Angola, como tantas outras nações, ainda que dispondo de quadros de qualidade não os possui em número suficiente para cobrir as lacunas ou insuficiências existentes, nem certas áreas que requerem experiência quando não uma preparação altamente especializada.

Acresce, inclusivamente, que determinados domínios são bastante mais exigentes, neles se requerendo uma formação de base preferencialmente interdisciplinar que pode não se coadunar com a organização e práticas correntes no ensino vigente.

Se a nível da investigação se vem perseguindo, desde há uns anos, a especialização de cientistas e técnicos ou a obtenção de graus académicos superiores (mestrados e doutoramentos), já a nível dos restantes quadros do ministério o panorama não é equiparável. A situação é ainda mais complicada pela dificuldade em reter os quadros devido aos relativos baixos salários praticados.

A resolução deste problema deve ser vista num plano mais alargado, sabendo-se que um dos desafios a vencer no futuro mais próximo é o de criar condições suficientemente cativantes e estáveis para atrair os melhores quadros e evitar o seu êxodo (dentro e fora do País).

No sector privado o problema é bem mais grave na medida em que não só escasseiam os quadros como a nível empresarial tendem a falhar tanto a formação adequada como a experiência e o conhecimento.

Consideram-se três tipos de acção programática:

#### **Programa 4.1.1 – Quadros superiores do Estado (investigação e serviços):**

reforçar os actuais níveis de formação especializada e conferir condições para obtenção de experiência em instituições reputadas, desse modo contribuindo para uma melhor capacidade de gestão e níveis mais elevados de eficiência.

Objectivos específicos:

- reforçar a capacidade de investigação, planeamento, gestão e tratamento dos problemas, na base de um plano plurianual com avaliação prévia das necessidades;
- preparar, com antecipação, os quadros necessários para satisfazer as crescentes responsabilidades que resultam do alargamento das áreas de actuação e da execução de uma política de desenvolvimento sustentável;
- acelerar a formação/especialização dos quadros destinados a garantir a gestão dos grandes projectos de desenvolvimento. O recurso a investigadores convidados, com curriculum, capacidade de inovação e reconhecida competência na liderança de programas de investigação, representará um outro elemento relevante para a consolidação de projectos de investigação;



preparar quadros técnicos superiores para os serviços de extensão;  
 lançar (por si e/ou em colaboração com outros ministérios e autoridades provinciais) centros de educação e treino e a formação à distância (com recurso à *internet* ou outros meios que se revelem mais adequados), com currículos ajustados que permitam o reconhecimento oficial do nível de formação ou grau académico;  
 promover a transferência de tecnologia em domínios de interesse estratégico;  
 criar um sistema de avaliação independente para apreciação de projectos de investigação, trabalho desenvolvido e resultados obtidos, para além da capacidade científica individual, de equipa e institucional.

#### Principais beneficiados:

quadros existentes e futuros;  
 Ministério e seus serviços.

#### Actores envolvidos.

quadros superiores do Ministério;  
 universidade;  
 quadros superiores ou especialistas do Estado e do sector privado;  
 especialistas.

#### Programa 4.1.2 – Quadros de nível médio do Estado

Muito do trabalho que se pode desenvolver eficazmente ao nível da investigação, da técnica e da administração depende dos conhecimentos, experiência e motivação dos quadros intermédios. Independentemente de uma boa direcção, são eles, também, a garantia da capacidade de resposta e eficácia dos serviços.

#### Objectivos específicos.

formação/especialização nos diversos domínios onde se revele a necessidade de melhorar a funcionalidade e o tratamento dos problemas,  
 preparação de quadros médios para os serviços de extensão;  
 desenvolvimento de acções de formação/reciclagem sistemática, a partir de um levantamento prévio das carências, e organização anual de cursos de pequena duração, de estudos de casos e outras fórmulas adequadas;

divulgação/formação no domínio das novas tecnologias;  
 estabelecimento de uma estrutura de avaliação independente.

#### Principais beneficiados.

os diferentes quadros intermédios do Ministério (serviços centrais e regionais e organismos tutelados);  
 o Ministério e as suas estruturas.

#### Actores envolvidos.

quadros superiores do Ministério e de outros departamentos do Estado;  
 entidades privadas especializadas.

#### Programa 4.1.3 – Quadros técnicos do sector (público e privado)

Um dos maiores desafios (e dificuldades) a enfrentar no relançamento da economia pesqueira reside no mundo empresarial, escasseando o número dos que, minimamente, estão preparados e têm experiência nessa área.

Ao Estado não compete substituir-se ao que deve ser sempre uma responsabilidade do sector privado, mas a preparação e especialização de quadros constitui um domínio de cooperação institucional de que ambos só podem retirar benefício, com vantagens para o País.

O que está em causa é a possibilidade de se poder visualizar a realização de carreiras no sector pesqueiro, ao mesmo tempo que criando situações favoráveis, a prazo não distante, à emergência de grupos de especialistas nos diversos domínios e a uma dignificação das várias profissões, sejam elas exercidas no Estado ou no sector privado.

Nesse sentido os quatro pólos de desenvolvimento para o sector, que são Soyo/Cabinda, Luanda, Malanje (para aquicultura) Benguela e Namibe, constituem, naturalmente, os pontos de apoio para um projecto multifacetado de formação de profissionais competentes, com adequada mas sólida formação nas diferentes áreas das indústrias pesqueiras (desde a construção naval, pesca e aquicultura, passando pela conservação, transformação e sal e acabando na comercialização e na gestão).

Os três níveis de formação previstos envolvem:  
 1 conjunto de 4-5 escolas básicas,

- 3 institutos médios; e
- 1 academia superior

Protocolos de cooperação com instituições científicas e universidades permitem ampliar/diversificar o leque de formação dos vários domínios.

#### Objectivos específicos.

- reforçar a capacidade empresarial existente;
- lançar as bases para a estruturação (e organização) de um tecido empresarial conhecedor e forte; estabelecer em bases sólidas as condições para a formação das futuras gerações de profissionais do Sector nos diferentes domínios;
- dignificar as diferentes carreiras (mormente as de raiz mais técnico-profissional) associadas às pescas e aquicultura

#### Principais beneficiados.

- sector privado;
- Estado e economia angolana (por repercussão).

#### Actores envolvidos.

- quadros do Estado;
- universidades;
- entidades privadas especializadas.

### Programa fundamental 4.2 – Acções de informação e sensibilização:

Num sector como o das pescas a informação ocupa um lugar estratégico de extrema importância, seja porque, no plano *internet*, permite melhor fundamento para as decisões, o tratamento em tempo útil dos problemas e, até, a antecipação, seja porque, a nível externo, se torna possível difundir regularmente junto de outras estruturas organizacionais e do grande público o que se vai realizando nos diversos domínios (científico, técnico, decisional).

A construção do futuro ao abrigo de uma ideia de desenvolvimento sustentável passa, em boa medida, por processos de racionalização que requerem um conhecimento tão alargado quanto possível da realidade, desse modo se estruturando, paulatinamente, uma cultura e uma sensibilidade.

Pela via de uma outra cultura e sensibilidade, mas também, pela participação que gradualmente as estruturas organizadas da sociedade civil venham a ter na construção dos processos decisórios (a boa governança), a opinião

pública pode, a seu tempo, vir a ser um aliado estratégico importante para a consolidação em moldes sustentáveis do desenvolvimento.

Independentemente do recurso a fórmulas de informação/divulgação mais tradicionais (a revista periódica e a publicação especializada), a utilização dos «media» de comunicação à distância (rádio, TV e *internet*) deve merecer um cuidado mais atento: enquanto instrumentos de suporte à extensão, certamente, mas também quanto ao apoio directo ao pescador no mar (por exemplo, pela emissão de avisos de condições de tempo e previsões, preços de pescado, etc.), à assistência médica à distância e à divulgação da actividade do Ministério (já em fase de expansão), e enquanto meio de obtenção de elementos informativos de carácter técnico e científico para o público em geral e a comunidade técnica e científica.

### VI — Principais metas a atingir durante o quinquénio.

#### Indicação sumária das principais metas a atingir e respectivos limites temporais

Área chave	Metas	Termo dos prazos
Política	Adopção de uma política integrada para as pescas e Até meados aquicultura e grupo de missão de 2006...	
	Estabelecimento de uma plataforma de consenso interministerial para a estruturação de uma política comum para os ecossistemas e recursos aquáticos, compatibilizando os diferentes usos, recuperando os meios mais degradados e preservando a qualidade do meio aquático	Entre 2005 e 2006, preferencialmente
	Definição do modelo de organização e dos métodos de trabalho a seguir tanto para efeitos de coordenação dos diferentes programas e acções que corporizam a estratégia como de avaliação independente de resultados...	Junho à Dezembro de 2005
Humana	Implantação de serviços de extensão e apoio (a criar ainda em 2006) junto das comunidades piscatórias e rede de centros de apoio às cooperativas de pesca artesanal ...	Até 2010
	Qualificação de formadores e reforço dos quadros. Criação de uma escola superior ...	Entre 2006 e 2007
	Plena operacionalidade dos serviços e capacidade de resposta reforçada...	Entre 2006 e 2007
	Criação de condições adequadas à investigação científica e à inovação tecnológica no domínio do ambiente e recursos aquáticos, incluindo o estabelecimento de uma rede de unidades de investigação, pólos interdisciplinares e instituto/centros de investigação (sectoriais e universitários)...	Entre 2006 e 2010
	Programa estratégico de investigação (por quinquénios)	Até finais de 2006
	Recuperação e modernização do sector produtivo marinho (armamento e indústria) ...	Entre 2005 e 2015
	Cadastro nacional: frota, estabelecimento, empresas e associações ...	até finais de 2005

Área chave	Metas	Termo dos prazos
Estrutural	Organização e modernização da pesca em águas interiores...	Entre 2005 e 2010
	Aquicultura (estações-piloto)...	Entre 2006 e 2010
	Consolidação do sistema de informação estatística sectorial e respectiva rede de cobertura nacional-provincial...	Entre 2006 e 2007
Ambiental	Recuperar os recursos mais degradados ...	Entre 2005 e 2010
	Gerir os recursos explorados em condições sustentáveis	Entre 2005 e 2010
	Organização da rede de cobertura nacional e provincial do sistema de vigilância e controlo de actividades de pesca. Articulação com o sistema estatístico sectorial ...	Entre 2006 e 2007
	Combate eficaz a actividades de pesca ilegal, não reportada e não autorizada (IUU)...	Entre 2007 e 2010.
	Aplicação de um Plano Nacional IUU nos termos previstos pela FAO ...	2006 e 2007
	Estabelecimento de condições para a preservação de habitats e recursos aquáticos, incluindo a criação de uma rede integrada de parques e áreas marinhas protegidas (com relevo para as mais frágeis e vulneráveis, como sejam mangais, baías e estuários) e da delimitação de corredores para o tráfego marítimo...	Entre 2006 e 2010
	Aplicação de um programa global de monitorização e Acção no âmbito à poluição marinha (envolvendo, entre outros aspectos, eutroficação das águas, a agro-química, desperdícios e lixo da indústria e zonas urbanas)...	Entre 2005 e 2015
	Aplicação de códigos de conduta (pescas, aquicultura, ambiente)...	Entre 2005 e 2007
	Sistema Integrado de Gestão das Zonas Costeiras. Definição das regras a que se deve sujeitar a ocupação do litoral (urbanização, turismo, actividades de lazer, redes viárias, circulação marítima costeira, incluindo uma Carta de Riscos. Plano de gestão de resíduos e tóxicos. ...	Entre 2005 e 2010
	Avaliação das consequências de uma alteração climática	Até 2007, seguido de análises regulares
	Reforço e alargamento da cooperação regional internacional na base de programas/projectos com interesse estratégico para Angola...	Entre 2005 e 2010 (e anos seguintes)

Os limites de tempo fixados para as diferentes acções são indicativos, admitindo-se que seja suficiente o prazo que medeia entre a sua entrada em fase de execução (em muitos casos, prevista para o início de 2005) e a data (ou datas) em que se espera seja alcançada a respectiva meta (ou o essencial dela).

### 1 — Horizonte de muito curto prazo (2005 – 2006):

**Grande objectivo: Lançamento das bases para um desenvolvimento sustentável:**

### Súmula:

Definição de uma política integrada para a compatibilização e regulação dos diferentes usos do ambiente e recursos aquáticos.

Clarificação metodológica relativa à execução da estratégia no largo prazo (através de planos plurianuais): organização, coordenação, selecção de projectos, acompanhamento, avaliação (incluindo a definição de critérios ajustados) e mecanismos de correcção.

Levantamento rigoroso das diferentes situações.

Enquadramento jurídico e sistema de incentivos e apoios financeiros.

Valorização dos quadros e reforço da capacitação dos serviços.

Do ponto de vista político, a aproximação ao cerne das questões pode ser feita em dois planos distintos:

- a) consenso político alargado em torno de uma política integrada, ou seja, de uma política comum com responsabilidades partilhadas, que concilie os diferentes usos da água e dos recursos aquáticos (dos ecossistemas marinhos e continentais), como condição-chave para um desenvolvimento durável no largo prazo. O envolvimento de áreas ministeriais como sejam, desde logo, as pescas, ambiente, transportes marítimos, ordenamento do território, turismo e indústria offshore, será indispensável para o estabelecimento de um consenso alargado sobre as linhas de orientação estratégica que deverão permitir, ao menos:

definir as grandes linhas de orientação a que se deve submeter o ordenamento do território e a ocupação das zonas costeiras;

promover, coerentemente, uma política responsável e coerente de ocupação/uso dos oceanos, das zonas costeiras, das águas continentais e das bacias hidrográficas;

acordar a criação de um sistema integrado de Gestão das áreas costeiras e do espaço marítimo de jurisdição angolana e de um instrumento regulador dos usos da água (implicando o conjunto dos recursos hídricos do hinterland);

estabelecer os adequados instrumentos ou mecanismos de concertação, resolução de conflitos e auditoria técnico-científica;

O essencial dos alicerces para um consenso político alargado e a orientação estratégica

deve estar consolidado, preferencialmente, até ao final de 2006.

- b) adopção de uma política integrada de desenvolvimento sustentável para a fileira das pescas. Os procedimentos inerentes devem estar concluídos na segunda metade de 2005. Assim sendo e antes do termo do ano 2006, deve-se:

criar um grupo de missão;  
estabelecer o modelo de organização a nível nacional e provincial;  
definir as metodologias de trabalho;  
designar uma comissão independente de acompanhamento e avaliação e definir critérios de avaliação multidisciplinar.

Do ponto de vista técnico, deve-se aproveitar este período para reexaminar com detalhe todos os aspectos relativos ao sector, como sejam (indica-se, para cada item, o limite temporal para alcançar o objectivo específico inerente):

- a) levantamento rigoroso das situações tanto no que se refere ao Estado como ao sector privado. Preparação/afinação de programas plurianuais, em princípio por períodos quinquenais;
- b) levantamento das necessidades de valorização/-preparação dos quadros (Estado e sector privado) e de capacitação de serviços. Deve-se avançar com a formalização de protocolos de cooperação com a educação e a ciência e traçar os programas de formação/especialização/reciclagem e lançamento das primeiras acções;
- c) no caso particular da investigação científica, estabelecimento de protocolos com as universidades e a área ministerial da ciência com vista, entre outros aspectos, à criação de um sistema de apoio financeiro a projectos de investigação, à constituição de parcerias de projecto e de redes temáticas de investigação;
- d) apreciação do quadro de pessoal e da lotação dos diferentes serviços. Idem em relação às carreiras da função pública ligada ao sector, critérios de selecção e progressão, sistemas de avaliação de qualidade e grelha de remunerações. Especial cuidado deverão merecer as carreiras de investigação e de ensino profissional e as condições remuneratórias;
- e) análise das competências dos diferentes organismos – centrais, regionais e tutelados – circunscrevendo-os melhor (nos casos pertinentes) de

modo a evitar situações de eventual sobreposição ou de interpretação duvidosa, mas reforçando os laços de indispensável cooperação que permitam colmatar lacunas ou fragilidades e potenciar a capacidade de resposta;

- f) revisão do enquadramento jurídico nas várias vertentes. Condições de atracção de capital para o sector, incluindo estrangeiro. Parcerias para o desenvolvimento e associações temporárias de interesses (de desenvolvimento e de risco) entre Estado e sector privado. Enquadramento das fórmulas associativas e do cooperativismo. Organização do sector e representatividade. Procedimentos de governança na preparação e tomada de decisões;
- g) apreciação do Regulamento de Inscrição Marítima (RIM), ou do diploma equivalente, prestando atenção às novas normas de segurança (STCW) e ao problema das lotações, particularmente quando se trate de novas embarcações de desenho racionalizado e melhores condições de segurança e equipamento;
- h) levantamento actualizado e criação de um cadastro nacional (esse cadastro nacional deve ser sistematicamente actualizado, em função de quaisquer alterações observadas ao longo do tempo) que envolva todas as embarcações e estabelecimentos, bem como empresas e associações ligadas ao sector. Às diversas unidades que constituam a frota deve ser imputado um número nacional, inamovível, com vista a garantir a possibilidade de serem acompanhadas ao longo de toda a sua vida útil, podendo sempre estabelecer-se um vínculo de ligação ao proprietário;
- i) definição de um Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal, não reportada e não regulada (actividades IUU), tendo como base o modelo FAO;
- j) revisão do sistema de incentivos e apoios financeiros. Sistema de taxação e juros. Fundo de apoio ao investimento, microcrédito. Estabelecimento do mecanismo dissuasor poluidor – pagador. Condições de fornecimento de energia e água à indústria (preços, qualidade, regularidade). Política de preços dos combustíveis para o sector (sistema de preços azuis) e seus instrumentos de controlo;
- k) estabelecimento de mecanismos de apoio que favoreçam a aquisição de equipamentos de baixo consumo energético e o recurso a energias alternativas, em termos fiscais e de custos.

## 2 — Horizonte de médio prazo (2006 2010)

### Grande objectivo: recuperar e organizar o Sector

#### Súmula:

Implantação de um sistema de gestão integrada das zonas costeiras e pescarias da área oceânica de jurisdição, (inclui um sistema integrado de áreas marinhas Protegidas).

Definição do grau de vulnerabilidades das diferentes áreas marinhas e respectiva carta de riscos.

Consolidação da investigação sectorial e alargamento dos domínios de actuação.

Formação profissional completada com nível superior (prevendo outras hipóteses que não apenas a preparação de oficiais de pesca e navegação – a articulação com o ensino oficial, por um lado, e com as universidades, por outro, reveste-se de interesse estratégico, dando ensejo a que se possam explorar soluções diversificadas como seja a preparação de quadros técnicos intermédios equivalentes ao bacharelato e técnicos superiores, incluindo ao nível da gestão, para o sector).

Aposta no emprego como primeiro passo da transição para a sustentabilidade, investindo prioritariamente na actividade artesanal (possibilidade de criar mais emprego com menos investimento, com a vantagem acrescida de a produção exigir menores consumos energéticos).

Início do processo de investimento na produtividade (desenvolvimento da frota semi-industrial e recuperação da indústria transformadora).

Primeiros passos na organização e modernização da rede nacional de distribuição e frio.

Aposta em sistemas de produção com baixo consumo energético (em geral, mas mais em particular no que se refere a combustíveis fósseis).

Em geral:

- a) reapreciação do estatuto das escolas de formação profissional e da latitude da sua acção (2005). Qualificação e/ou reciclagem dos formadores e reforço dos quadros do ensino profissional. Revisão dos currículos. Criação de uma academia superior (entre 2006 e 2007);
- b) criação (na dependência do IPA) dos serviços de extensão pesqueira ainda em 2006 e colocação no terreno das primeiras unidades, com agentes devidamente preparados. Prever a eventualidade de uma articulação (eventualmente, sob a forma de uma iniciativa de parceria) com o Ministério da Agricultura neste domínio e no que se refere ao hinterland (até 2007). Estabelecimento de uma rede nacional até 2010;

c) melhoria das condições de trabalho no âmbito da investigação científica e da inovação tecnológica nos domínios do ambiente e recursos aquáticos, incluindo o estabelecimento de uma Rede de Unidades de Investigação e Pólos Interdisciplinares, mediante recurso a parcerias de cooperação com a universidade e entidades privadas (por exemplo, empresas petrolíferas e

diamantíferas) e ao mecenato (2007) – devendo ser dada prioridade a projectos que vão ao encontro dos objectivos consagrados na Estratégia;

d) inventariação sistemática prévia de situações e estabelecimento de condições para a preservação dos *habitat* e recursos aquáticos, incluindo a criação de uma rede integrada de parques e áreas marinhas protegidas (com relevo para as mais frágeis e vulneráveis, como serão os mangais, baías e estuários) e de delimitação de corredores obrigatórios para o tráfego marítimo (o que requer tratamento ao nível da IMO— «International Maritime Organization»), mormente quando se trate de transporte de substâncias tóxicas ou altamente perigosas) (até 2010);

e) concepção e construção de estações-piloto para a aquicultura marinha e de águas continentais (até 2007). Estes projectos pressupõem uma prévia inventariação das zonas mais propícias e são acompanhadas pelo desenvolvimento de ensaios preliminares (início de 2005 a finais de 2006);

f) aplicação obrigatória de códigos de conduta nos domínios das pescas (Código FAO de Roma), aquicultura (Código de Bangkok) e ambiente aquático (2007);

g) estabelecimento de um sistema integrado de gestão de áreas costeiras, com definição das regras a que se deve sujeitar a ocupação da faixa litoral e das margens dos rios e lagos do interior (urbanização, turismo, actividades de lazer, redes viárias, circulação marítima, costeira, pescas e maricultura). Definição de uma carta de riscos do litoral e zonas marginais, bem como das águas costeiras, (até 2010);

h) criação de um sistema de informação cobrindo todo o sector. Reestruturação de toda a rede actualmente existente e reequipamento dos serviços centrais e das entidades sob tutela, no que se justificar, providenciando a harmonização dos procedimentos a que se deve obedecer (incluindo a validação dos dados).



Definição e estabelecimento dos circuitos de comunicação e clarificação das competências e responsabilidades dos diferentes intervenientes de modo a assegurar que os dados de base mais importantes são tratados em tempo útil (2005 a 2007);

- i) instalação das caixas azuis em todas as embarcações cabinadas, com mais de 15 metros. Definição dos critérios a que deve obedecer o sigilo (regime de acesso e confidencialidade dos dados). Articulação com o sistema de informação das pescas (para efeitos de tratamento dos dados que relevem da estatística e das necessidades da investigação científica) (até 2007 – o programa de instalação a bordo prolongar-se-á nos anos seguintes, à medida que novas unidades forem acrescidas à frota);
- j) avaliação multidisciplinar do tipo de impactos e possíveis consequências das alterações climáticas (até 2007, seguindo-se, a partir desta data, estudos de acompanhamento e avaliação de situação). Os resultados obtidos nessa monitorização deverão ser incorporados na estratégia, tendo em devida conta as previsíveis repercussões na ocupação do litoral (incluindo a expansão urbana e projectos turísticos);
- k) consolidação da cooperação técnica e científica, tanto a nível regional como internacional (incluindo a rede africana de investigação aplicada em diversos domínios e sem perder de vista as responsabilidades angolanas no âmbito da SADC).

Em particular e relativamente aos programas fundamentais previstos:

#### **Programa fundamental 1.1.1 – Bases científicas:**

O essencial deve estar em operação de rotina até 2010. Exceptua-se o ponto relativo a modelos de gestão que, embora devendo progredir de forma incisiva até àquela data, representa um esforço que tenderá sempre a prolongar-se no tempo, tudo dependendo do progresso científico que não é só angolano), ajustando-se a novos conhecimentos.

#### **Programa fundamental 1.1.2 – Pesca responsável:**

Excepção feita, em princípio, ao estudo e acompanhamento da eficácia dos sistemas de defeso e da selectividade de artes e métodos de pesca (que pode prolongar-se até 2020, hipoteticamente), é expectável a conclusão do programa até finais de 2010.

#### **Programa fundamental 1.2.1 – Regulação dos usos**

Tem-se em vista a racionalização e compatibilização dos diferentes usos que se façam do litoral e dos mares costeiros, reforçando-se as bases de sustentação de uma política integrada para situações de multiuso.

Deve estar concluído (ou, pelo menos, largamente realizado) até 2010. Todavia, admite-se que, em relação a áreas de maior vulnerabilidade e à rede de parques e reservas marinhas, o acompanhamento e estudos de base se prolonguem pelo menos até ao horizonte de 2020 (os estudos de impacto sobre o meio e as espécies de ciclo de vida mais prolongado exigem longos períodos de tempo e recolha de séries cronológicas dilatadas).

#### **Programa fundamental 1.3.1 – Funcionalidade dos ecossistemas:**

Espera-se a conclusão dos trabalhos relativos à identificação de vulnerabilidades, elaboração da carta de riscos, desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) e definição preliminar de indicadores ambientais até 2010 em princípio.

O SIG e os indicadores ambientais tendem a prolongar-se pelo horizonte seguinte (em particular o SIG). Os restantes domínios prolongar-se-ão para além de 2025 (incluindo a indispensável monitorização da qualidade ambiental).

#### **Programa fundamental 2.1.1 – Pesca artesanal marítima:**

Elevada prioridade. Em princípio, as primeiras acções devem ser canalizadas para as províncias mais desguarnecidas e/ou desprotegidas.

Até finais de 2010, promover a construção e a entrada em funcionamento do conjunto de Centros Integrados para a Pesca Artesanal previstos para a cobertura de todo o litoral (incluindo condições de apoio logístico e fornecimento de sobressalentes, combustível e materiais para o fabrico/arranjo das artes de pesca).

Consolidar a organização do subsector (até 2010) e as medidas de apoio financeiro (micro crédito) às empresas e organizações da pequena pesca (2006).

No que se refere à frota, considerar, antes de mais, os problemas relacionados com a segurança e a motorização, ao mesmo tempo que estabelecendo um preço azul para apoio às pequenas empresas e cooperativas. Introduzir as primeiras unidades de pesca cabinadas previstas, com motor diesel interno e não mais do que 14 metros.

O número de construções a apoiar será apreciado de acordo com a situação dos recursos em cada uma das regiões de pesca e em função da dimensão/condições de actuação da frota operacional e do número de pescadores (sendo as duas primeiras condições determinantes do ritmo e do alcance da mudança).

Introdução do frio (caixas isoladas termicamente e gelo) nas embarcações que ofereçam condições adequadas. Melhoria acentuada das condições de desembarque de pescado (pontes-cais, passadeiras), até 2010.

#### **Programa fundamental 2.1.2 – Pesca artesanal em águas continentais:**

Tem elevada prioridade, desde logo por razões que se prendem com a estabilidade, sustento e melhoria de vida das populações mais carenciadas e isoladas. Na base de informação mais completa e alargada sobre a dimensão, características e peso da actividade na economia local (destinando-se a prática de pesca profissionalizada, a pesca exercida sazonalmente e a pesca de subsistência), será a altura de lançar a construção do equivalente a estruturas CIPA nos locais que se revelem de interesse mais estratégico.

Com o apoio dos serviços de extensão, organizar ou aperfeiçoar as estruturas associativas existentes nesta actividade.

O aumento da frota ou a substituição de unidades (salvo casos de justificada premência) será realizado progressivamente em função do potencial explorável em condições sustentáveis. Em qualquer circunstância, o redimensionamento da frota deverá obedecer, escrupulosamente, ao princípio da precaução.

Introduzir melhoramentos nos sistemas tradicionais de conservação de pescado, bem assim como as boas práticas no manuseamento e processamento das capturas. No que se refere à preservação do produto da pesca, prevê-se o recurso ao frio (nos casos pertinentes) à semelhança do que se deverá fazer para a pesca artesanal marítima.

#### **Programa fundamental 2.1.3 – Pesca semi-industrial**

Subsector prioritário. Proceder, antes de mais, à recuperação e reequipamento das unidades operacionais que ainda detenham razoáveis condições de operacionalidade e segurança. Subsequentemente, mas ainda dentro do período de referência, apoiar a construção de algumas novas unidades de cerco, aproveitando-se o ensejo para introduzir factores de inovação tecnológica (traçado e equipamentos). Organização do subsector.

Independentemente do cerco, diversificar-se-á o emprego de artes de pesca, apostando-se em artes mais selectivas, como a linha e palangre ou o salto e vara.

Não se excluem os redeiros mas há sempre que ponderar a condição em que se encontrem as espécies-alvo e os pesqueiros.

Prever a introdução/melhoria do frio (reforçando as condições de adequada conservação do produto da pesca) e a possibilidade de racionalizar a estiva a bordo.

Melhoria das condições de desembarque do pescado (articula com o programa das instalações portuárias).

#### **Programa fundamental 2.1.4 – Pesca industrial:**

Proceder a uma apreciação pormenorizada da situação da actual frota e iniciar um programa de modernização dirigido às unidades que ainda justifiquem esse investimento. A substituição de navios por novas construções (com dimensão não superior a 40-45 metros – a possibilidade de navios até 60 metros, no caso do cerco oceânico, deve ser cuidadosamente ponderada) será executada com prudência, tendo em atenção o estado dos recursos e a que espécie será dirigida a pesca. Em qualquer caso, conjugar com uma política de abates selectivos.

Nos crustáceos há que reduzir a actual pressão, desviando o que for tolerável em termos de esforço para a bandeira angolana.

Globalmente, a frota de arrasto deve banir-se para o arrasto pelágico, e reduzir-se para as demais espécies através de um mecanismo de *phasing-out* como forma de diminuir significativamente com o mínimo de impactos esta prática altamente destrutiva, pondo-lhe termo igualmente num prazo relativamente curto.

Este programa tal como os relativos à pequena pesca e à pesca semi-industrial, pressupõe uma reactivação dos estaleiros (embora numa primeira fase seja admissível haver vantagem em construir no exterior).

A formação/especialização (na base de cursos com certificação reconhecida), de oficiais e mestrança angolanos deve encontrar soluções ajustadas às necessidades da frota no decurso deste período.

#### **Programa fundamental 2.1.5 – Indústria transformadora:**

Dá-se prioridade à produção de congelados e à salga e seca, a par de uma diversificação para produção de pré-preparados e pré-cozinhados, duas áreas de interesse

económico pelo que representam de mais-valias e pelas disponibilidades oferecidas pelos centros urbanos em termos de procura (uma procura que tenderá a aumentar nos anos que se avizinham – tal como, aliás, a possibilidade de explorar mercados regionais, ao nível dos países vizinhos a Norte e do interior Leste do continente). A indústria salineira merece, igualmente, a maior atenção, mormente quanto ao sal higienizado e iodizado.

Neste domínio (como, em geral, no do comércio de pescado), o programa articula-se com o desenvolvimento e eficácia de resposta dos serviços responsáveis pela verificação e certificação de qualidade, entendendo-se que o Laboratório de Referência Nacional esteja na dependência do INIP. A inovação, aliada à experimentação, é outro domínio em que o subsector deve avançar, em estreita ligação (incluindo a formação de parcerias) com a investigação sectorial.

À economia pesqueira não interessará fomentar, para além de níveis comportáveis de produção, a farinação e a produção de óleos, na medida em que são estimuladoras do subaproveitamento e, portanto, menor valorização do produto da pesca.

Todavia, considera-se haver interesse na modernização de instalações em estado operacional já existentes e, sobretudo, na possibilidade de criação de pequenas unidades (que convirá venham a ser concebidas e organizadas em rede) junto das pescarias com uma dimensão adequada.

#### **Programa fundamental 2.2.1 – Portos e estaleiros**

No que respeita a infra-estruturas portuárias, prioridade é dirigida ao Porto Pesqueiro da Boavista (Luanda) e estruturas conexas (câmaras de congelação, armazéns frigoríficos, fábrica de gelo, lota, etc.), construção dos portos de Cacucaco, Porto Amboim, Baía Farta, Tombwa e Baía dos Tigres e os terminais de Kikombo além dos ajustamentos a fazer no terminal do Cais do Carvão.

Em matéria de estaleiros de maior porte, Lobito e Luanda têm prioridade. O programa já em curso deve ser acompanhado por iniciativas no âmbito da qualificação/reciclagem de pessoal técnico (operários e mestrança) entretanto prevê-se a construção de estaleiros de médio e pequeno portes nas localidades a posicionar portos pesqueiros que não sejam Luanda e Lobito.

#### **Programa fundamental 2.2.2 – Rede de frio:**

Elevada prioridade:

Melhorar equipamentos e instalações e instalar mais unidades no litoral em articulação com as municipalidades do interior.

O essencial das traves mestras da rede deve estar concluído entre 2006 e 2007.

#### **Programa fundamental 3.1.1 – Aquicultura em águas doces:**

Continuidade da inventariação sistemática de locais e espécies que sejam mais adequadas ao desenvolvimento da aquicultura.

Lançamento (2005 – 2006) das primeiras bases sólidas para o futuro desenvolvimento do subsector, partindo de espécies indígenas com elevado grau de rusticidade e tendo em conta as potencialidades das localidades já identificadas. Remete-se para o período seguinte uma progressão mais rápida neste domínio.

Construção e entrada em funcionamento de estações-piloto de águas interiores para apoio à investigação, experimentação, ensino, divulgação e demonstração de boas práticas. Criação de uma unidade especializada no estudo, despestagem, prevenção e tratamento de parasitoses e doenças.

Apreciação objectiva das práticas existentes na aquicultura comunal. Possibilidade de introduzir melhorias, incluindo sistemas de produção integrada.

Desenvolver, com o apoio da investigação, fórmulas de aproveitamento que se traduzam, objectivamente, numa valorização dos produtos tradicionais.

A formação especializada de pessoal de investigação, técnico superior e técnico auxiliar é promovida, recorrendo-se, numa primeira fase, a um programa de estágios relativamente prolongados em unidades especializadas e centros de investigação de outros países.

#### **Programa fundamental 3.1.2 – Maricultura:**

Lançamento dos primeiros ensaios sistemáticos (2005-2006). Concentrar o esforço nos bivalves na medida em que oferecem maior probabilidade de êxito. Construir algumas estações-piloto no litoral com objectivos iguais aos que foram explicitados para a aquicultura em águas continentais.

Até 2010 avaliar a possibilidade de se criarem recifes artificiais (onde, em que condições) com o objectivo de recriar níveis mais elevados de produtividade natural e

biodiversidade e de desenvolver condições mais favoráveis à procriação, abrigo, alimento e crescimento para os juvenis de espécies costeiras de interesse comercial.

A seu tempo, as zonas de recifes artificiais que, eventualmente, se concretizem darão ensejo a que outras actividades com interesse económico se possam desenvolver, como sejam o ecoturismo aquático e o turismo pesqueiro.

#### **Programa fundamental 4.1 – Formação de quadros:**

Essencial. O esforço mais relevante deverá ser feito durante este período e na fase seguinte, de 2010 a 2020. O mesmo se diz relativamente aos quadros da formação profissional.

O apoio a dar à formação/especialização de quadros empresariais angolanos só deve abranger o período até 2010, admitindo-se que seja o suficiente para se constituir uma massa crítica suficiente para que possam singrar por si.

#### **Programa fundamental 4.2 – Acções de informação e sensibilização:**

Essencial. Até finais 2006, o Ministério e os seus vários serviços centrais e órgãos tutelados, incluindo serviços administrativos, devem dispor de uma boa rede de comunicações, equipamento informático e recurso à *internet*.

O trabalho desenvolvido pelo Ministério, principais diplomas e outras iniciativas, a par de acções de formação à distância destinadas à população (em apoio ao trabalho de extensão, deverão ser objecto de difusão regular, dando uma imagem de mudança e de eficácia ao mesmo tempo que tomando parte activa na indução de condições de mudança).

### **VII — Medidas de Gestão das Pescarias:**

De um modo geral a gestão das pescarias será baseada nos seguintes princípios combinados:

- Abordagem precaucionária;
- Gestão orientada para o recurso alvo;
- Abordagem numa perspectiva de ecossistema.

O facto de a ZEE Angolana ser rica em recursos pesqueiro implica que a sua exploração seja baseada em princípios de sustentabilidade para que eles possam representar uma fonte de desenvolvimento económico e social. Contudo, tendo em conta que grande parte dos recursos estão sobre explorados, há toda a necessidade de definir estratégias e adoptar em cada momento, o esforço de pesca a níveis sustentáveis de exploração.

Os mecanismos de gestão incluem de entre outros o aprofundamento do conhecimento do estado e composição dos recursos, o acesso à pesca através dos títulos de concessão de direitos de pesca, a atribuição de quotas com base no TAC e fixação do esforço de pesca, a monitorização e a fiscalização das actividades da pesca.

Relativamente às espécies ou grupo de espécies para as quais não existe informação sobre o seu estado será aplicado sempre o princípio da precaução. O mesmo princípio deverá ser adoptado para as espécies vulneráveis ou ameaçadas de extinção.

Muitos aspectos contribuem para as práticas responsáveis e sustentáveis na aquicultura. O mais proeminente destes aspectos deve ser dirigido pelo Ministério das Pescas no estabelecimento de boas práticas de gestão para a indústria da aquicultura angolana. A sustentabilidade a longo prazo deste sector depende da gestão responsável destes aspectos.

Aquicultura responsável pode ser usada na criação da utilização dos recursos de forma sustentável e geralmente é uma utilização não destrutiva dos recursos aquáticos.

Todos os participantes na indústria da aquicultura em Angola têm a responsabilidade de levar a cabo as suas actividades de forma sustentável e responsável de acordo com as condições em que forem concedidos os direitos para praticar tais actividades.

#### **7.1 Recursos Pelágicos:**

##### **7.1.1 Carapau:**

Existe uma clara separação entre as duas espécies de carapau existente no nosso País. O carapau do Cunene distribui-se ao longo de toda a costa sendo mais abundante no Norte e no Centro. O carapau do Cabo é um recurso partilhado com a Namíbia e a sua abundância depende do movimento da frente das duas correntes a de Angola e a de Benguela.

O carapau é objecto da pesca artesanal, semi-industrial e industrial.

Durante o dia localiza-se no fundo do mar e é capturado como *by catch* da pesca demersal. Durante a noite é capturado pelos barcos de cerco e está associado às sardinhas e outras espécies pelágicas.

No início da década de 70 a biomassa destes recursos foi calculada em cerca de 700 000 toneladas. Desde 1997 até 2003 registou-se um decréscimo duplo, tanto nas tendências de biomassa como nas capturas reportadas.



Presume-se que o declínio estivessem associado não só ao esforço de pesca exercido mas também à mudanças nas condições ambientais.

As medidas tomadas em 2003, 2004 e 2005 permitem observar sinais positivos de recuperação do recurso embora ainda não muito significativos.

Assim, para alcançar os elevados níveis atingidos no passado, torna-se necessário a tomada das medidas seguintes:

A curto prazo (2006):

Tipos de pesca: artesanal, semi-industrial e industrial.

Autorizar artes de pesca de cerco somente.

Continuar a manter a área de protecção de juvenis dos 13º aos 17º e 15º e livre de arrasto de fundo.

Manter como zonas de pesca autorizadas as definidas na LRBA.

Como áreas de pesca, nos portos e baías para lá das 10 milhas e nas restantes áreas a definição deverá ser feita de acordo com o comprimento dos barcos.

Malhagem da rede mínima 60mm.

Estabelecer o sistema de quotas anuais de acordo com o TAC exclusivamente as empresas com infra-estruturas de processamento, transformação e distribuição em terra.

Realizar pelo menos duas campanhas anuais de investigação para avaliação do estado do recurso.

Introduzir os diários de bordo.

Instalar o EMC em todos os navios com mais de 15 metros.

Registo obrigatório da composição da pesca acompanhante (*by catch*).

A médio prazo (2007/2010):

Ajustar permanentemente a capacidade de pesca aos níveis sustentáveis de exploração.

Estabelecer mecanismos de comunicação e controle entre as empresa de pesca e de processamento, transformação e distribuição e a administração.

Determinar e estabelecer outras áreas de protecção à desova e aos juvenis.

Introduzir limites e pontos de referência biológicos.

Realizar estudos sócio-económicos.

### 7.1.2— Sardinelas

As sardinelas estão distribuídas ao longo de toda costa e a sua abundância no Sul depende da temperatura da água (cerca de 23°C). Quanto à distribuição das duas espécies existentes no País, não há diferença na latitudinal.

A lombuda tem uma distribuição mais oceânica enquanto que a palheta distribuiu-se em águas mais costeiras.

A biomassa das duas espécies em conjunto tem sido estável nos últimos anos e de acordo com as avaliações feitas, o recurso parece estar subexplorado.

As estatísticas de captura não são apresentadas de forma separada.

As duas espécies são capturadas pela pesca artesanal, semi-industrial e industrial conjuntamente com o carapau.

Não estando a espécie a ser explorada no seu limite sustentável existe a possibilidade de aumentar as capturas e desenvolver a indústria de processamento preferencialmente a de salga, seca e conservas e a congelação.

Medidas a tomar:

A curto prazo: 2006.

Tipos de pesca: artesanal, semi-industrial e industrial.

Autorizar apenas a arte de pesca de cerco.

Continuar a manter a área para protecção de juvenis (dos 13º aos 17º e 15º) livre de arrasto de fundo.

Manter as zonas de pesca autorizada na LRBA.

Como áreas de pesca, nos portos e baías para lá das 10 milhas e nas restantes áreas a definição deverá ser feita de acordo com o comprimento dos barcos.

Malhagem da rede mínima 60mm.

Estabelecer o sistema de quotas anuais de acordo com o TAC priorizando as empresas com infra-estruturas de processamento e transformação em terra.

Realizar pelo menos duas campanhas de investigação por ano para avaliação do estado do recurso.

Introduzir os diários de bordo.

Instalar o EMC em todos os navios com mais de 15 metros.

Registo obrigatório da pesca acompanhante (*by catch*).

A médio prazo (2007-2010):

Ajustar permanentemente a capacidade de pesca aos níveis sustentáveis de exploração.

Estabelecer mecanismos de comunicação e controle entre as empresas de pesca e de processamento e transformação e a administração.

Determinar e estabelecer outras áreas de protecção à desova e aos juvenis.

Introduzir limites e pontos de referência biológicos.

Realizar estudos sócio-económicos.

### 7.1.3 — Cavala:

Esta espécie pode ser encontrada ao longo da costa e tem sido capturada por barcos de cerco. Até ao momento não foram feitas avaliações nem estimativas de biomassa.



Deste modo, a curto prazo (2006) devem ser tomadas medidas de precaução e de acompanhamento dos níveis de capturas.

A médio (2007/2010) prazo devem ser tomadas as medidas seguintes:

Iniciar estudos para avaliação do recurso.

Determinar estimativas de biomassa.

Introduzir métodos de gestão pesqueira numa abordagem de ecossistema.

#### **7.1.4 — Pescaria da Sardinha do Reino:**

O manancial da Sardinha do Reino constitui uma das principais espécies pelágicas do sistema de Benguela. Distribui-se desde a África do Sul (Kwazulu – Natal) até ao Sul de Angola. A sua ocorrência nas águas de Angola está por um lado associada ao movimento da corrente fria de Benguela e por outro lado à abundância nas águas da Namíbia.

Historicamente, em 1994, a abundância desta espécie foi estimada em 250 mil toneladas. Este elevado valor biomassa nas águas de Angola tinha reflexos nas capturas, uma vez que um grande volume de capturas declaradas pela indústria namibiana era efectuada na fronteira entre Angola e a Namíbia.

Depois do fenómeno de El Niño de Benguela em 1995, não se registou a presença deste recurso nas águas de Angola. Em Outubro de 2002 começaram aparecer sinais do recurso em Angola e a biomassa foi estimada de 200 mil toneladas. Em Agosto de 2004 a biomassa deste recurso nas águas de Angola foi estimada em 221 mil toneladas. No entanto, em Agosto de 2005 a abundância do recurso foi muito baixa, o que não permitiu a estimação da biomassa.

Considerando a grande variabilidade deste recurso a sua exploração deve ser feita de uma forma muito cuidadosa, porque normalmente o recurso em Angola está concentrado numa área muito restrita entre a Baía dos Tigres e o Rio Cunene e, na Namíbia a abundância está num nível muito crítico. Uma grande pressão de pesca em toda área de distribuição pode levar ao colapso do recurso.

As medidas de gestão recomendadas para os próximos cinco anos passam por definição de estratégias conjuntas com a Namíbia, no sentido de recuperação do recurso e a longo prazo manter níveis de biomassa estáveis.

A curto prazo (2006) devem ser introduzidas medidas de precaução.

A médio (2007-2010) prazo devem ser adoptadas as medidas seguintes:

Introduzir métodos de gestão pesqueira numa abordagem de ecossistema.

Acompanhar o comportamento e estrutura do recurso na Namíbia.

#### **7.2 — Outros Pelágicos:**

Neste grupo consideram-se as espécies altamente migratórias o tubarão e o atum costeiro. Há falta de informação sobre a abundância destes recursos. Eles são capturados pela indústria, mas as capturas não são reportadas numa base regular.

Contudo a captura da pesca artesanal que é ainda considerável, tem sido reportada numa base regular como grupo e não por espécie. As capturas da pesca industrial não têm sido reportadas numa base regular.

As espécies de atum costeiro e algumas espécies de tubarão são capturadas pela frota semi-industrial de linha enquanto as espécies oceânicas são capturadas pela frota estrangeira fretada ou em regime de acordos/contratos.

Reconhecendo que algumas espécies de tubarão têm alto valor comercial e um tempo de vida longo o que as torna vulneráveis à sobre exploração, torna-se urgente estabelecer um plano de conservação.

A curto prazo (2006) deve-se :

Introduzir um sistema de recolha de dados.

Estabelecer um programa de investigação e respectivo plano de conservação.

Limitar o esforço de pesca menor ou igual a 100 embarcações.

Promover a pesca exploratória específica para o tubarão.

A médio (2007/2010) prazo as seguintes acções devem ser realizadas:

Realizar estudos sócios-económicos.

Controlar o esforço de pesca.

Introduzir medidas para evitar a pesca ilegal.

#### **7.3 — Recursos Demersais:**

Existem mais de 30 espécies de interesse comercial sendo os mais importantes os cachuchos, as corvinas, as garoupas, os roncadores e a pescada. Estão distribuídas ao longo da costa e podem ser capturadas entre os 20 e 900 metros de profundidade.

A variedade é enorme no Norte mas a abundância é maior no Sul. São capturadas pela frota artesanal, semi-industrial, sobretudo com arte de linha e emalhar e pela frota industrial com arte de arrasto.

As estimativas de biomassa destas espécies mostram flutuações sistemáticas ao longo dos anos. O carácter multi-específico desta pescaria torna difícil o estabelecimento de um esquema de gestão individual para cada espécie.

As medidas de gestão anteriormente introduzidas permitiram uma ligeira subida nos índices de biomassa.

Contudo, a curto prazo (2006) deve-se:

Manter o nível actual do esforço de pesca das embarcações de arrasto.

Não licenciar novos navios de arrasto demersal.

Manter o período de veda de três meses (Julho, Agosto e Setembro).

Não permitir qualquer tipo de arrasto dentro das 4 milhas.

Introduzir os diários de bordo.

Alocar uma quota máxima de 500ton/navio/ano.

A médio (2007/2010) prazo:

Ajustar a capacidade de pesca aos níveis dos TAC adoptados.

Estabelecer áreas de veda para a protecção da desova e juvenis.

Eliminar a pesca banda-banda.

Limitar o número de arrastões.

Definir os tamanhos e pesos mínimos.

Definir os tamanhos das malhas como sendo de 110mm para a pescada e de 80 mm para as restantes espécies.

#### 7.4 — Camarão de Profundidade:

As espécies mais importantes são o camarão e o alista-do. A distribuição desta espécie centra-se entre Cabinda e Benguela e são capturadas conjuntamente com a pescada e o caranguejo em águas profundas e com os espa-rídeos em águas menos profundas. É uma pescaria voltada para a exportação.

Tendo em conta o estado do recurso deve-se a curto prazo (2006):

Controlar a pescaria com base no esforço de pesca limitando o seu exercício a um número máximo de 35 embarcações e a um TAC de 1700 toneladas.

Manter a veda por dois meses em Fevereiro e Março.

Manter a limitação da zona de pesca entre Cabinda e Benguela (5° 1' à 12° 20') e a partir das 12 milhas.

Manter o tamanho da malha de 50mm.

Limitar a pesca acompanhante a 10%, podendo aumentar-se mediante recomendação expressa do Instituto de Investigação Pesqueira.

Introduzir os diários de bordo.

Instalação do sistema Monicap.

Limitar a potência máxima dos barcos a 750Kw.

Estabelecer percentagens de capturas por faina na ordem de 70% de gamba e 30% alistado.

Outras medidas complementares de extrema importância devem ser estabelecidas:

Introdução obrigatória de sistemas de escape na arte de pesca de camarão para a redução do «*by catch*» de outras espécies de importância comercial.

Manter o nível de esforço actual.

Manter o período de veda para os meses de Fevereiro e Março para proteger o *stock* desovante.

Proteger as áreas de desova em profundidades não superiores a 100m (8° — 10° S).

A médio (2007/2010) prazo dever-se-á:

Ajustar a capacidade da frota ao potencial disponível através do controlo do esforço de pesca considerando o número de 30 embarcações.

Realizar estudos sócio - económicos.

Manter as áreas de veda para a protecção de juvenis.

Estabelecer áreas protegidas (mangais).

Controlar o *by catch* do caranguejo.

Introduzir mecanismos para aproveitamento do *by catch* do pescado.

Realizar pelo menos duas campanhas de investigação por ano.

Realizar estudos de selectividade de redes para ajustamento da malhagem.

Como medida de precaução para os últimos cinco anos o TAC deverá manter-se ao mesmo nível do TAC de 2006.

#### 7.5 — Gamba Costeira

Existem duas espécies mais importantes pertencendo ambas ao género *penaeus*.

Não existem estimativas de biomassa destas espécies nem estudos de investigação o que torna difícil o conhecimento do seu potencial. Os dados de captura reportados pela frota actual são limitadas pela operacionalidade débil dos navios licenciados.

A curto prazo (2006) a gestão deve ser feita numa base precaucionária e deve-se:

Limitar o esforço de pesca a 6 embarcações.  
 Manter a veda nos meses de Fevereiro e Março.  
 Introduzir diários de bordo.  
 Limitar o TAC a 51 toneladas.

A médio (2006/2010) prazo dever-se-á:

Realizar estudos para conhecimento do potencial deste recurso.  
 Ajustar o esforço ao potencial disponível.  
 Gerir a pescaria com base no controle do esforço de pesca considerando um número médio de 6 embarcações.

### 7.6 — Caranguejo:

A espécie mais importante é *geryon maritae*.

Distribui-se ao longo da costa e é um recurso partilhado com a Namíbia.

Capturado pela pesca artesanal e pesca industrial com armadilhas e na parte Norte é também capturado como *by catch* da pescaria do camarão de profundidade.

O potencial do recurso não está completamente conhecido. Este facto, aliado à razão de ser uma espécie de vida longa determina que a gestão seja precaucionária e que a curto prazo (2006) as medidas a tomar sejam:

Manter o esforço de pesca actual.  
 Manter a imposição da veda em Fevereiro e Março.  
 Estabelecer como área de pesca industrial com gaioilas de Benguela ao Cunene a partir dos 500m.  
 Proibir a captura de fêmeas ovadas.  
 Melhorar o acompanhamento da pesca artesanal mantendo o esforço de pesca actual.  
 Estabelecer um limite percentual para o *by catch* na pescaria do caranguejo de 5 %.  
 Introduzir diários de bordo.

A médio (2006/2010) prazo dever-se-á:

Manter os diários de bordo.  
 Melhorar a investigação sobre o recurso.  
 Ajustar o esforço de pesca ao potencial disponível.  
 Estabelecer um esforço total admissível.  
 Elaborar estudos sócio-económicos.  
 Introduzir limites e pontos de referência.  
 Introduzir áreas de protecção.  
 Controlar o número de armadilhas.

**O TAC para os próximos cinco anos será na ordem das 1201 toneladas. Para além do TAC, outras medidas de gestão complementares devem ser estabelecidas:**

Gestão conjunta com a Namíbia.

Melhorar o sistema de recolha de dados de captura do caranguejo pela pesca semi-industrial e artesanal.

Proteger as áreas de reprodução da espécie (estratos batimétricos de 400m de profundidade).

Realizar pelo menos um cruzeiro anual para estimar as biomassas deste recurso.

Estabelecer uma época de veda nos meses de Junho e Julho recomendada internacionalmente.

Estabelecer um tamanho mínimo de captura (100mm).

### 7.7 — Lagosta:

A espécie comercial mais importante é *panulirus regius* e está distribuída na parte Norte e centro de Angola.

É capturada principalmente pela pesca artesanal. Não existem dados da investigação e o controle das capturas não é eficiente.

A curto prazo (2006) deve-se:

Identificar as zonas de pesca e iniciar a recolha de dados biológicos;  
 Controlar o esforço de pesca;  
 manter a veda nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março;  
 Proibir a captura de fêmeas ovadas;  
 Controlar os tamanhos admitidos para a captura (de 25cm);  
 Iniciar a investigação deste recurso.

A médio (2007/2010) prazo dever-se-á:

Ajustar a capacidade de pesca ao potencial disponível;  
 estabelecer um limite para o esforço total de pesca;  
 Introduzir áreas de protecção;  
 Controlar os dados estatísticos.

### 7.8 — Cefalópodes:

As espécies mais importantes são o choco, lulas e polvo distribuem-se ao longo de toda a costa, sendo capturadas como *by catch* da pescaria demersal.

O potencial do recurso não é ainda bem conhecido. Contudo, o TAC para os próximos cinco anos será na ordem das 1400 toneladas. Para além do TAC, outras medidas de gestão complementares devem ser estabelecidas.

A curto prazo deve-se:

Controlar as capturas por espécies provenientes da pesca demersal;  
 Realizar pesca de prospecção utilizando outras artes de pesca (gaiolas, linhas e armadilhas);  
 Compilar dados sobre a biologia destas espécies;  
 Gerir a pescaria na base precaucionária limitando o esforço de pesca a não mais do cinco embarcações;  
 Introduzir os diários de bordo.

A médio (2006/2010) prazo dever-se-á:

Ajustar o esforço de pesca ao potencial disponível;  
 Estabelecer limite máximo de esforço de pesca;  
 Estabelecer um sistema de quotas;  
 Introduzir limites e pontos de referência;  
 Priorizar as quotas para a indústria de processamento;  
 Introduzir áreas de protecção;  
 Manter os diários de bordo;  
 Estabelecer áreas e épocas de veda.

### 7.9 — Moluscos:

Dentro deste grupo incluem-se as ostras, mexilhão e orelhas do mar (balone). Podem ser encontrados em bancos naturais. Actualmente não existe exploração industrial mas são capturados pela população como suprimento alimentar e para venda local.

A médio prazo (2006/2010) dever-se-á:

Melhorar os conhecimentos sobre a biologia destas espécies;  
 Identificar os bancos naturais;  
 Fomentar a exploração industrial através da aquicultura;  
 Promover a pesca de prospecção para orelha do mar (balone).

### 7.10 — Outros Recursos:

Algumas espécies em extinção estão sujeitas à pesca intensiva e necessitam de protecção imediata.

Neste grupo encontram-se as baleias, focas, tartarugas, golfinhos e aves marinhas.

Estas espécies têm grande impacto para a gestão futura de outros recursos. Elas são uma parte importante do ecossistema marinho pelo que há um grande interesse em iniciar a recolha de dados e informações sobre estas populações como parte do esforço para compilar dados sobre a biodiversidade e adopção de medidas de precaução e com base no ecossistema.

### 7.11 — Espécies para aquicultura:

Para aquicultura continental a prioridade deverá ser dada à criação de espécies locais como o cacusso e o bagre de Angola.

Embora a redistribuição global das espécies exóticas e geneticamente adaptadas de aquicultura tenham causado irreparáveis prejuízos ambientais em certas áreas, as mesmas jogam um papel importante no desenvolvimento da aquicultura em Angola. Os benefícios da introdução de espécies exóticas necessitam de ser balanceados com os potenciais impactos no ambiente e na biodiversidade. Há necessidade de exactidão e extensão de aplicação de protocolos, métodos de avaliação de riscos e programas de monitorização para o movimento de organismos da aquicultura entre e nas fronteiras ecológicas naturais.

De forma global, os efeitos invisíveis e imprevistos de escapes de certas espécies das instalações de aquicultura devem ser importantes na selecção e controlo de espécies de aquicultura. Um controlo rigoroso deverá ser aplicado na entrada de espécies exóticas. Apesar dos benefícios económicos derivados do uso de espécies exóticas na aquicultura, os beneficiários deste resultado devem ser responsáveis para suportar os custos associados com qual-quer impacto ambiental resultante. Isto deve ser a provisão para a responsabilidade e restauração ambiental dentro da aprovação para o uso de espécies exóticas, quando são concedidos os direitos para o exercício da aquicultura.

### 7.12 — Gestão das espécies da aquicultura:

Angola possui diversas espécies aquáticas com características favoráveis de mercado, mas muito pouco conhecimento sobre o seu potencial para aquicultura. Uma forte ênfase deve ser colocada no uso e na identificação de espécies indígenas propícias para o desenvolvimento da aquicultura em Angola. Isto exigirá investigação planificada com o apoio financeiro e institucional necessários, para o crescimento do sector e a realização do objectivo estabelecido. Quando as espécies indígenas forem demonstradas propícias para o seu uso na aquicultura, devem ser favorecidas sobre as espécies exóticas com características similares.

A curto e médio prazos pretende-se implementar e estender os projectos de piscicultura de tipo comunal ou de subsistência, contribuindo assim para o aumento do consumo de proteína animal na dieta alimentar da população principalmente nas áreas rurais, combatendo a fome e aliviando a pobreza, garantindo a segurança alimentar do País. A médio e longo prazos pretende-se a implementação de projectos de maricultura.

Por outro lado, dever-se-á expandir o cultivo de peixes em zonas suburbanas e adoptar sistemas de cultivo integral, assim como de cultivo em jaulas lá onde existirem condições propícias.

### Desdobramento da Produção

**Quadro 6.1—Metas de Produção para aquicultura(toneladas)**

Aquicultura	Províncias	Planificada	Projectada				
		2006	2007	2008	2009	2010	
Continental	Malanje	500	1 500	2 000	2 500	3 000	
	Lunda-Sul	—	—	200	250	300	
	Lunda-Norte	—	100	200	250	300	
	Moxico	—	200	250	300	350	
	Quando-Cubango	—	200	300	350	400	
	Huíla	—	300	350	400	450	
	Cunene	—	200	250	300	350	
	Privados	1500	5000	10 000	20 000	40 000	

Aquicultura	Províncias	Planificada	Projectada				
		2006	2007	2008	2009	2010	
<b>Subtotal</b>	—	<b>1 500</b>	<b>7 500</b>	<b>13 800</b>	<b>24 350</b>	<b>45 150</b>	
Marinha	Luanda	—	—	300	350	400	
	Bengo	—	—	200	250	300	
	Benguela	—	—	200	250	300	
	Namibe	—	—	300	350	400	
	Privados	—	25 000	50 000	75 000	85 000	
		—	<b>25 000</b>	<b>51 000</b>	<b>76 200</b>	<b>86 400</b>	
<b>Subtotal</b>	—	—	<b>25 000</b>	<b>51 000</b>	<b>76 200</b>	<b>86 400</b>	
<b>Total</b>	—	1500	32 500	64 800	10 0550	13 1550	

### VIII — Quotas de pesca atribuídas e metas de produção

#### QUADRO N.º 9

#### Tac/Metas de produção projectadas

Frota	Grupo de recursos	2006 Tac adoptado ton.	2007 Tac adoptado ton.	2008 Tac adoptado ton.	2009 Tac adoptado ton.	2010 Tac adoptado ton.
A pesca semi-industrial	<b>Crustáceos caranguejo</b>	200	200	200	200	200
	Gamba costeira	51	51	51	51	51
	<b>Sub-total 1</b>	<b>251</b>	<b>251</b>	<b>251</b>	<b>251</b>	<b>251</b>
	<b>Espécies pelágicas</b>	97 150	97 150	97 150	97 150	97 150
	<b>Sub-total 2</b>	<b>97 150</b>	<b>97 150</b>	<b>97 150</b>	<b>97 150</b>	<b>97 150</b>
<b>Total A</b>		<b>97 401</b>	<b>97 401</b>	<b>97 401</b>	<b>97 401</b>	<b>97 401</b>
B-Pesca artesanal	Crustáceos	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
	<b>Sub-total 4</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>

Frota	Grupo de Recursos	2006 Tac adoptado ton	2007 Tac adoptado ton	2008 Tac adoptado ton	2009 Tac adoptado ton	2010 Tac adoptado ton
	Espécies pelágicas	38 945	38 945	38 945	38 945	38 945
	<b>Sub-total 5</b>	<b>38 945</b>	<b>38 945</b>	<b>38 945</b>	<b>38 945</b>	<b>38 945</b>
	Espécies demersais	63 767	63 767	63 767	63 767	63 767
	<b>Sub-total 6</b>	<b>63 767</b>	<b>63 767</b>	<b>63 767</b>	<b>63 767</b>	<b>63 767</b>
<b>Total B</b>		102 713	102 713	102 713	102 713	102 713
<b>Total (A+B)</b>		200 114	200 114	200 114	200 114	200 114
<b>Transportes (Total A+B)</b>		200 114	200 114	200 114	200 114	200 114
C-Pesca industrial	Crustáceos e moluscos Camarão e alistado	1700	1700	1700	1700	1700
	Caranguejo	1000	1000	1000	1000	1000
	Cefalópodes	1400	1400	1400	1400	1400
	<b>Sub-total 1</b>	<b>4100</b>	<b>4100</b>	<b>4100</b>	<b>4100</b>	<b>4100</b>
	Espécies pelágicas	65 773	65 773	65 773	65 773	65 773
	<b>Sub-total 2</b>	<b>65 773</b>	<b>65 773</b>	<b>65 773</b>	<b>65 773</b>	<b>65 773</b>
	Espécies demersais	23 000	23 000	23 000	23 000	23 000
	<b>Sub-total 3</b>	<b>23 000</b>	<b>23 000</b>	<b>23 000</b>	<b>23 000</b>	<b>23 000</b>
<b>Total C</b>		<b>92 873</b>	<b>92 873</b>	<b>92 873</b>	<b>92 873</b>	<b>92 873</b>
<b>Total Geral (A+B+C)</b>		<b>292 987</b>	<b>292 987</b>	<b>292 987</b>	<b>292 987</b>	<b>292 987</b>

#### QUADRO 10 — TAC globais por espécies

	2006	2007	2008	2009	2010
Demersais	86 767,6	86 767,6	86 767,6	86 767,6	86 767,6
<b>Pelágicos</b>					
Carapau	24 000	24 000	24 000	24 000	24 000
Sardinella	168 000	168 000	168 000	168 000	168 000
Sardinha do Reino	0	0	0	0	0
Cavala	8 000	8 000	8 000	8 000	8 000
Outras	1 869	1 869	1 869	1 869	1 869
<b>Total pescado</b>	<b>201 868</b>	<b>201 868</b>	<b>201 868</b>	<b>201 868</b>	<b>201 868</b>
Crustáceos e moluscos (Total)	4 352	4 352	4 352	4 352	4 352
a) Camarão e Alistado	1 751	1 751	1 751	1 751	1 751
b) Cefalópodes	1 400	1 400	1 400	1 400	1 400
c) Caranguejo	1 201	1 201	1 201	1 201	1 201
<b>Total geral</b>	<b>292 987</b>	<b>292 987</b>	<b>292 987</b>	<b>292 987</b>	<b>292 987</b>



**Quadro 11 — Metas de distribuição produto final**

Designação	Estimado 2005	Planific. 2006	Projecto 2007	Projecto 2008	Projecto 2009	Projecto 2010
Seco e m. cura ...	44 000	63 620	63 620	63 620	63 620	63 620
Congelado ...	40 000	64 773	64 773	64 773	64 773	64 773
Fresco ...	158 600	102 712	102 712	97 552	97 552	97 552
Conservas...	—	1 720	1 720	6 880	6 880	6 880
Farinha e óleos ...	2 400	4 800	4 800	4 800	4 800	4 800
Marisc., crustáceos e moluscos ...	1 200	4 352	4 352	4 352	4 352	4 352
Sal iodizado ...	48 000	95 658	120 658	120 658	120 658	120 658

**Matéria-prima**

Designação	Estimado 2005	Planific. 2006	Projecto 2007	Projecto 2008	Projecto 2009	Projecto 2010
Seco e m. cura ...	66 000	95 430	95 430	95 430	95 430	95 430
Congelado ...	40 000	64 773	64 773	64 773	64 773	64 773
Fresco ...	158 600	102 712	102 712	97 552	97 552	97 552
Conservas...	—	1 720	1 720	6 880	6 880	6 880
Farinhas e óleos...	12 000	24 000	24 000	24 000	24 000	24 000
Marisc., crustáceos e moluscos ...	1 200	4 352	4 352	4 352	4 352	4 352
Sal iodizado ...	48 000	95 658	120 658	120 658	120 658	120 658

**IX — Fábricas de conservas e de farinação permitidas instalar e funcionar durante o quinquénio:**

O número de fábricas a instalar no horizonte em apreço, visará alcançar os objectivos definidos na estratégia definida para a indústria transformadora no sentido do aproveitamento dos desperdícios de produção.

O desenvolvimento da indústria da farinação e conservas irá durante este período ser preterida face à instalação da rede de frio de forma a privilegiar o consumo de pescado fresco e congelado.

Assim estão previstas implantar cinco fábricas compactas de farinhas e óleos de peixe a localizar-se em Luanda, Cuanza-Sul, Benguela e Namibe.

Quanto às conserveiras, pretende-se nesta primeira fase instalar apenas três fábricas para as conservas do atum, sardinha, cavala, patês, etc. Estas localizar-se-ão em Luanda, Benguela, Namibe e Cuanza-Sul.

**X — Política de Concessão de Direitos de Pescas:**

O programa de concessão de direitos de pesca privilegia os angolanos e as empresas angolanas com infra-estruturas em terra, sendo a celebração de contratos ou acordos com entidades estrangeiras condicionado ao estado dos recursos e ao conjunto de requisitos que constam da Lei dos

Recursos Biológicos e Aquáticos.

O programa de licenciamento para as diversas pescarias tem como base as embarcações de pescas industriais ou semi-industriais das empresas que tenham adquirido os direitos de pesca e consequentemente a respectiva quota de pesca. Cada embarcação ou conjunto de embarcações estará relacionado com uma única empresa.

Tais embarcações possuirão um certificado de pesca de acordo com o estipulado nos artigos 161.º, 162.º e 163.º da Lei dos Recursos Biológicos e Aquáticos e tendo em conta a pescaria a que se destinar.

Como a quota é atribuída a empresa esta absorvê-la-á anualmente usando uma ou mais embarcações bastando que para tal elas cumpram com o mencionado no ponto 2 do artigo 52.º 1.ª secção do capítulo III da Lei dos Recursos Biológicos e Aquáticos.

No caso de barcos fretados, estes serão licenciados apenas para o período estipulado no contrato de fretamento e de acordo aos artigos 168.º e 169.º da Lei dos Recursos Biológicos e Aquáticos.

Para os casos de pesca no alto mar ter-se-á em conta os artigos 118.º a 120.º da Lei dos Recursos Biológicos e Aquático.

O processo de licenciamento precedente à produção, captura, processamento, armazenamento, comercialização, transporte e exportação dos produtos de aquicultura, obedecerá as normas e exigências legislativas necessárias que salvaguardem a higiene, sanidade, segurança alimentar, condições microbiológicas, resíduos químicos e parâmetros de qualidade. Uma elevada qualidade de imagem será promovida por todos os sectores na indústria da aquicultura.

O processo de concessão de direitos de pesca em apresso assentará no crescimento da frota que a seguir se apresenta:

**Crescimento da frota semi-industrial e industrial por artes de pesca (Unidades)**

Ano	Ad	Ac	Acg	C	Ema	L	G	Sv	Lla	Atc	Psa	Tr	Fa	Inv	Total
2004 ....	47	32	6	49	5	11	1	2	24	30	19	5	1	3	235
2005....	40	26	6	49	5	11	1	2	1	11	0	3	1	3	159
2006...	40	26	6	49	5	11	1	2	24	14	5	5	1	4	193
2007...	40	30	6	61	5	18	1	2	24	14	5	5	1	7	219
2008...	40	30	6	61	5	18	1	2	24	30	19	5	1	7	249
2009...	40	30	6	61	5	18	1	2	24	30	19	5	1	7	249
2010...	40	30	6	61	5	18	1	2	24	30	19	5	1	7	249

**Legenda:**

AD – Arrasto demersal  
 AC – Arrasto camaroeiro  
 ACG – Arrasto camaroeiro com gambas  
 C – Cerco  
 EMA – Emalhar  
 L – Linha  
 G – Gaiola  
 SV – Salto e vara  
 LLA – Line atuneiro  
 ATC – Atuneiro cercador  
 PSA – Palangre superfície atuneiro  
 TR – Transportador  
 FA – Fábrica

**Crescimento da frota da pesca artesanal por artes de pesca (Unidade)**

Ano	Frota marítima					Frota continental		Total	Total geral
	Emalhar	Linha	Cerco	Outras	Total	Canoas	Total		
2004	250	150	—	32	432	50	50	482	6 275
2005	30	26	15	13	84	250	250	334	6 605
2006	65	30	20	27	168	700	700	868	7 477
2007	100	65	25	32	252	500	500	752	8 229
2008	180	100	20	14	336	500	500	836	9 065
2009	210	180	16	14	420	500	500	9200	9 985
2010	260	220	10	14	504	500	500	1004	10 989

As cifras deste quadro reflectem o  $\Delta$  (aumento) do crescimento.

**Legenda:**

AD – Arrasto demersal  
 AC – Arrasto camaroeiro  
 ACG – Arrasto camaroeiro com gambas  
 C – Cerco  
 EMA – Emalhar  
 L – Linha  
 G – Gaiola  
 SV – Salto e vara  
 LLA – Line atuneiro

**MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DO URBANISMO  
 E AMBIENTE**

**Despacho conjunto n.º 135/06  
 de 6 de Fevereiro**

Tendo-se verificado a ausência injustificada dos membros de direcção da sociedade proprietária, por período de tempo superior a 45 dias, durante a vigência da Lei n.º 43/76;

Atendendo a que, com a subsunção do referido facto na previsão da aludida lei, foram automaticamente desencadeadas as consequências jurídicas pertinentes;

Nestes termos, os Ministros da Justiça e do Urbanismo e Ambiente, ao abrigo do n.º 3 do artigo 114.º da Lei Constitucional, determinam:

1.º — É confiscado, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 43/76, de 19 de Junho, o prédio urbano com anexos, situado no Lobito na Província de Benguela, Rua 15 de Agosto, n.º 53, inscrito na Repartição Fiscal de Benguela, sob o n.º 807, a favor de Patrício Gouveia, Limitada.

2.º — Proceda a Conservatória competente à inscrição a favor do Estado do prédio ora confiscado, livre de quaisquer ónus ou encargos.

Publique-se.

Luanda aos 6 de Fevereiro de 2006.

O Ministro da Justiça, *Manuel Miguel da Costa Aragão*.

O Ministro do Urbanismo e Ambiente, *Diekumpuna Sita N. José*.

— — — —

**Despacho conjunto n.º 136/06  
 de 6 de Fevereiro**

Tendo-se verificado a ausência injustificada do proprietário, por período de tempo superior a 45 dias, durante a vigência da Lei n.º 43/76;

Atendendo a que, com a subsunção do referido facto na previsão da aludida lei, foram automaticamente desencadeadas as consequências jurídicas pertinentes;

Nestes termos, os Ministros da Justiça e do Urbanismo e Ambiente, ao abrigo do n.º 3 do artigo 114.º da Lei Constitucional, determinam:

1.º — É confiscado, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 43/76, de 19 de Junho, o prédio urbano de rés-do-chão, situado no Bairro da Luz, no Lobito, inscrito na Matriz Predial Urbana da área fiscal do Lobito sob o n.º 4226, em nome de José Casimiro da Cruz e omissos na Conservatória dos Registos da Comarca do Lobito.

2.º — Proceda a Conservatória competente à inscrição a favor do Estado do prédio ora confiscado, livre de quaisquer ónus ou encargos.

Publique-se.

Luanda aos 6 de Fevereiro de 2006.

O Ministro da Justiça, *Manuel Miguel da Costa Aragão*.

O Ministro do Urbanismo e Ambiente, *Diekumpuna Sita N. José*.